Tenha acesso versão digital

NOVO tempo

Acesse: novotempotapejara.com.br

Tapejara, 05 de abril de 2025 Edição 723 R$ 4,00

NOVO tempo 25 Anos

TAPEJARA É DESTAQUE NO PROGRAMA ESTADUAL ALFABETIZA TCHÊ

Foto -Prefeitura de Tapejara

PÁG 07

Município tem duas escolas entre as 200 melhores do RS em alfabetização. Reconhecimento reafirma a qualidade do ensino público e o compromisso da gestão Big-Gipe com o futuro da educação.

Encartado nesta edição Lojas BECKER Tradição de Bem Viver!

HORÁRIOS DE ATENDIMENTO

SEGUNDA À SEXTA
MANHÃ 8:30h às 12h
TARDE 13:30h às 19:30h

SÁBADOS
MANHÃ 8:30h às 12h
TARDE 13:30h às 20h

DOMINGOS
MANHÃ 8:30h às 12h

rech supermercado aqui tem!

COMPRE SEM SAIR DE CASA PELO SITE: WWW.RECH.STORE

AO TEU LADO

Deposite sua safra na Cotrijal e conte com a cooperativa que está o ano inteiro ao teu lado.

cotrijal

Câmara de Vereadores de Tapejara realiza sessão ordinária em novo local

A mudança de local ocorreu devido às reformas em andamento na sede do Legislativo

Na noite do dia 31 de março, a Câmara de Vereadores de Tapejara realizou uma sessão ordinária atípica na Sala de Reuniões Ilma Käfer Canali, situada nas dependências da Prefeitura Municipal. A mudança de local ocorreu devido às reformas em andamento na sede do Legislativo.

A sessão foi conduzida pelo presidente da Câmara, Carlos Eduardo de Oliveira (Edu), que destacou a relevância das matérias discutidas e votadas na noite.

Expediente do Dia

Durante a sessão, foram protocoladas as seguintes matérias:

· **Ofício nº 098/2025 -** Solicitação de apreciação em regime de urgência dos Projetos de Lei nº 026 e 029/2025.

· **Projeto de Lei do Executivo nº 026/2025 -** Autoriza gastos com a realização do 8º Estradeiro Moto Fest de Tapejara.

· **Projeto de Lei do Executivo nº 027/2025 -** Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria e repassar recursos financeiros à Junior Chamber International Tapejara (JCI Tapejara).

· **Projeto de Lei do Executivo nº 028/2025 -** Autoriza o Poder Executivo a receber bem imóvel, em doação, destinado à área de reserva florestal.

· Projeto de Lei do Executivo nº 029/2025 - Autoriza a contratação temporária de profissionais para atender áreas deficitárias.

· **Indicação nº 017/2025 -** De autoria do vereador Jairo Michelin (MDB), sugere ao Poder Executivo a implantação de vagas prioritárias em frente à Escola São Paulo e demais instituições de ensino.

· **Requerimento nº 009/2025 -** Propõe uma sessão solene em homenagem aos 30 anos dos Bombeiros Voluntários de Tapejara.

· **Requerimento nº 010/2025 -** Solicita a inclusão imediata na Ordem do Dia dos Projetos de Lei do Executivo nº 026 e 027/2025.

Ordem do Dia

Conforme o Regimento Interno, os requerimentos foram deliberados e votados na mesma sessão:

· **Requerimento nº 009/2025 -** Sessão solene para homenagear os ex-comandantes e ex-presidentes dos Bombeiros Voluntários de Tapejara. Aprovado por unanimidade.

· **Requerimento nº 010/2025 -** Inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei nº 026 e 027/2025. Aprovado por unanimidade.

Projetos de Lei do Executivo Aprovados

· **Projeto de Lei nº 020/2025 -** Estabelece condições para pagamento do IPTU, Taxa de Coleta de Lixo e Taxa de Expediente nos carnês de 2025. Aprovado por unanimidade.

· **Projeto de Lei nº 024/2025 -** Institui o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS 2025). Aprovado por unanimidade.

· **Projeto de Lei nº 026/2025 -** Autoriza gastos com o 8º Estradeiro Moto Fest de Tapejara. Aprovado por unanimidade.

· **Projeto de Lei nº 029/2025 -** Autoriza a contratação temporária de profissionais. Aprovado por unanimidade.

Matérias que Permanecem em Pauta

· Projetos de Lei do Executivo nº 025, 027 e 028/2025.

· Indicações nº 015, 016 e 017/2025.

Encerramento

O Presidente da Câmara, Carlos Eduardo de Oliveira (Edu), encerrou a sessão e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, marcada para o dia **07 de abril de 2025, às 19h.**

Fotos - Câmara de Vereadores de Tapejara

A sessão foi conduzida pelo presidente da Câmara, Carlos Eduardo de Oliveira

EXPEDIENTE

NOVO tempo
UM JORNAL A SERVIÇO DA REGIÃO NORTE/NORDESTE DO RS

CNPJ: *03.228.557/0001-72*
Editor: *Rodinei Agostini - MTB 9418*
Diretor Geral: *Rodinei Agostini*
Diagramação: *Fernanda A. da Silva*
Redação: *Alexandre Pessoa*

Assinaturas: *Emílio Tessari*
Financeiro: *Mirtis Falcão*
Impressão: *Bota Amarela*
Tiragem: *2.000 exemplares*

Rua Independência, 279, sala 305 - Tapejara-RS
Contato: (54) 9 8402.5591
E -mail: novotempo@netvisual.com.br

Abrangência:
Tapejara, Água Santa, Santa Cecília do Sul, Vila Lângaro, Ibiaçá, Sananduva, Charrua, Coxilha, Sertão, Getúlio Vargas, Centenário, São João da Urtiga, Santo Expedito do Sul, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Lagoa Vermelha, Mato Castelhano e Passo Fundo.

Conte com o **Sicredi** para **turbinar** suas vendas na **Páscoa!**

Fluxo de Caixa
Mais agilidade nas vendas e dinheiro na conta. Pix PJ e Maquininha Sicredi deixam seu fluxo de caixa pronto para o ritmo da Páscoa.

Crédito
Precisa renovar o estoque para a Páscoa? Antecipe seus recebíveis e tenha crédito direto na conta, sem burocracia.

Capital de Giro
Movimento crescendo? Com Capital de Giro Sicredi, você garante estrutura para vender mais na Páscoa, sem apertos.

Cartão Empresarial Sicredi
Compre insumos, organize brindes e parcele com facilidade para a Páscoa. Conte com cashback, proteção de preço e muito mais.

Investimentos para o Futuro da Sua Empresa: Aproveite os resultados da Páscoa e invista no seu crescimento. Com o Sicredi, seu lucro rende e sua empresa avança.

A gente cuida muito bem do seu dinheiro.
E melhor ainda da sua empresa.

Converse com o seu gerente e prepare sua empresa para uma Páscoa de grandes oportunidades.

Sicredi

Seminário Desafio dos Mandatos 2025-2028 abre com debate sobre terceirizações e gastos públicos

Evento promovido pela Famurs em parceria com a União dos Vereadores do Brasil (UVB) e a Consultoria em Direito Público (CDP) tem objetivo de qualificar o trabalho de procuradores e prefeitos

A Famurs promoveu o seminário "Desafios do Mandato 2025-2028", em parceria com a União dos Vereadores do Brasil (UVB) e a Consultoria em Direito Público (CDP). O evento ocorreu nos dias 1º e 2 de abril, no Salão de Convenções da Fiergs, em Porto Alegre, reunindo prefeitos, vice-prefeitos, secretários e assessores jurídicos para debater temas centrais da gestão pública.

Entre os assuntos abordados estiveram terceirizações, judicialização da saúde, nova lei de licitações, pisos salariais, plano de carreira do magistério e regimes próprios de previdência. O seminário teve como objetivo preparar os gestores para os desafios do próximo ciclo administrativo, com foco em soluções práticas e atualizadas.

Durante a abertura oficial, o presidente da Famurs, Marcelo Arruda, destacou a importância da união entre os gestores, não apenas em seus municípios, mas também regionalmente, com o apoio das associações, para garantir maior visibilidade e êxito nos mandatos. Segundo ele, era essencial planejar um legado que ultrapassasse os quatro anos de gestão.

A cerimônia contou com a presença de diversas autoridades, incluindo a secretária de Relações Institucionais do Estado, Paula Mascarenhas; o deputado estadual Elizandro Sabino; a promotora do Ministério Público do RS, Ana Carolina de Quadros Azambuja; o presidente da UVB, Gilson Conzatti; e o diretor da CDP, Gladimir Chiele.

Representando o governo do Estado, Paula Mascarenhas reforçou o compromisso da gestão estadual com os municípios e ressaltou os avanços nas finanças públicas, que permitiram mais investimentos regionais. O deputado Elizandro Sabino colocou a Assembleia Legislativa à disposição para apoiar políticas públicas municipais.

A promotora Ana Carolina enfatizou a parceria entre o Ministério Público e as prefeituras, destacando que eventos como este contribuíam para o sucesso das gestões. Gilson Conzatti reforçou o papel dos vereadores como agentes de transformação, além da fiscalização.

Gladimir Chiele, da CDP, afirmou que o seminário foi essencial para atualizar os gestores sobre temas como a reforma tributária e novas diretrizes legais. Na terça-feira, os debates focaram na lei de licitações e terceirizações. Na quarta-feira, os temas incluíram pisos salariais, plano de carreira e judicialização da saúde.

Foto - Guilherme Pedrotti

Presidente da Famurs, Marcelo Arruda, falando durante o evento

CASARIN & CASARIN
Advogados Associados
OAB/RS 9046
+55 54 99170-2833
@casarinadvassociados
Site: https://casarinecasarin.com.br/
Ronda Alta-RS, Rua 7 de Setembro, nº 657, centro
Três Palmeiras-RS, Rua Alberto Pasqualini, nº 896
Chapecó-SC, Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 343-L

Experiência de Tapejara no PIM é referência para Sananduva

Dois municípios reforçaram a parceria e a intenção de aprimorar as políticas públicas voltadas à primeira infância

A equipe do Primeira Infância Melhor (PIM) de Tapejara recebeu, na quarta-feira (27), a visita de representantes do programa em Sananduva. O município vizinho está em fase de implementação do PIM e buscou conhecer a experiência de Tapejara, que desenvolve ações na área há duas décadas.

Durante a visita, os profissionais de Sananduva acompanharam o funcionamento do programa em Tapejara, que realiza atendimentos domiciliares e orientações a famílias com crianças de 0 a 6 anos. As atividades envolvem o fortalecimento de vínculos familiares e estímulo ao desenvolvimento infantil.

As equipes multidisciplinares de Tapejara, formadas por assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais, apresentaram a estrutura do programa e compartilharam metodologias utilizadas nas visitas. Entre os temas abordados estão alimentação, afeto e aspectos do desenvolvimento cognitivo, motor e emocional das crianças.

A visita contou com a presença da coordenadora da Secretaria de Saúde, Albina Capeletti, e da monitora do PIM, Roseli Vinhaga Cechetti, que acompanharam a troca de informações entre os dois municípios.

Foto - Eduardo Canali

A visita contou com a presença da coordenadora da Secretaria de Saúde, Albina Capeletti, e da monitora do PIM, Roseli Vinhaga Cechetti

CAMPANHA DE
COMBATE
À DENGUE
2025
NÃO PERCA
O FOCO!
A prevenção começa em casa!
Redobre os cuidados após viagens:
verifique e elimine possíveis focos de água parada.
Mantenha quintais limpos:
evite acumular lixo ou entulho.
EVITE ÁGUA PARADA!
Não deixe pneus expostos à chuva.
Garrafas devem ser armazenadas sempre de cabeça para baixo.
Caixa d'água precisa estar limpa e bem tampada.
Coloque areia nos vasos de plantas para evitar acumular água.
PREFEITURA DE
TAPEJARA
GESTÃO 2025·2028
SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL

Profissionais da Coasa participam de viagem técnica ao Vale do São Francisco

Eles conheceram realidades de Petrolina e Juazeiro, municípios que fazem a divisa entre Pernambuco e Bahia

Um grupo de profissionais da Coasa participou, na semana passada, de uma viagem técnica ao Vale do São Francisco, que inclui importantes cidades no atual cenário do agronegócio brasileiro, como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). O objetivo foi conhecer de perto as práticas agrícolas adotadas na região. A viagem foi promovida pela Dimicron, empresa multinacional parceira da Coasa.

Na oportunidade, a equipe da cooperativa visitou propriedades que utilizam sistemas avançados de irrigação. Com precipitações anuais entre 400 e 600 milímetros, a produção de frutas (uvas e mangas) e outros alimentos no local depende essencialmente da irrigação com águas do Rio São Francisco. "Sem essa fonte hídrica, a produção ao longo dos 12 meses do ano seria inviável", explicou Rogério Martins, um dos consultores técnicos da região, que acompanhou o grupo.

Foto - Coasa

Na oportunidade, a equipe da cooperativa visitou propriedades que utilizam sistemas avançados de irrigação

"Aqui, 100% da nutrição das plantas é feita via fertirrigação [técnica de aplicação simultânea de fertilizantes e água], o que permite um controle preciso dos nutrientes em cada fase fenológica das plantas", destacou Rogério. Ele acrescenta que o parcelamento adequado da aplicação de fertilizantes via água melhora a absorção pelas plantas e reduz desperdícios. "O solo daqui tem até 80% de areia e altas temperaturas, o que acelera a queima da matéria orgânica. A fertirrigação é fundamental para a produção", explicou Cátio De Conto, um dos técnicos da Coasa que participou da viagem.

Além de conhecer as estratégias de manejo e de irrigação, a equipe da Coasa teve contato com o uso do produto DimiLOM, utilizado na região para melhorar a qualidade do solo e aumentar a sua produtividade. "Esse produto é conhecido no Sul e já está em aplicação há mais de 10 anos aqui no sertão, com bons resultados na estruturação do solo e na liberação de nutrientes", comentou Cátio. Atualmente, são 60 mil hectares de manga e 15 mil hectares de uva plantados no Vale do Rio São Francisco.

O roteiro incluiu também uma parada em um dos 23 Centros de Inovação da ICL - detentora da Dimicron, espalhados pelo mundo, esse localizado em Conchal (SP), onde foi possível acompanhar pesquisas sobre novas tecnologias para o agronegócio. "O centro tem mais de 24 hectares e realiza cerca de quatro mil testes por ano. É uma estrutura impressionante para o desenvolvimento de novas soluções para o campo. Tudo o que conhecemos na viagem pode levar grandes benefícios para nossa realidade", relatou Daniel Peruzzo, do time comercial da cooperativa.

Educação municipal de Tapejara é destaque no programa estadual Alfabetiza Tchê

Entre as instituições reconhecidas, destaca-se a Escola Municipal Benvenuta Sebben Fontana, referência na alfabetização em Tapejara

Tapejara reafirma-se como referência em educação pública no Rio Grande do Sul. Na manhã de quarta-feira (2), o município foi reconhecido durante a cerimônia de premiação do programa Alfabetiza Tchê, promovido pela Secretaria da Educação do RS, com o apoio da Famurs e da Undime/RS. O evento foi realizado no Teatro da Feevale, em Novo Hamburgo, e contou com a presença do governador Eduardo Leite, da secretária estadual de Educação, Raquel Teixeira, de dirigentes municipais, diretores e demais autoridades.

Entre as 200 melhores escolas públicas do Estado, conforme os resultados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do RS (Saers) de 2023, Tapejara teve duas instituições de ensino reconhecidas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Benvenuta Sebben Fontana, representada pela diretora Bruna Portes Simon, e a Escola Estadual de Ensino Médio Valeriano Ughini, representada pela diretora Maria de Lurdes Canali Mânica.

A secretária municipal de Educação, Jaqueline Palma, que esteve presente na cerimônia, celebrou a conquista e destacou o empenho de toda a comunidade escolar. "Este reconhecimento demonstra que estamos no caminho certo. É resultado direto do esforço dos educadores, da dedicação dos estudantes e do compromisso da gestão Big-Gipe em garantir uma educação pública de qualidade para todos."

Tapejara, pertencente à 7ª Coordenadoria Regional de Educação, foi um dos poucos municípios da região com duas escolas entre as 200 melhores colocadas no Estado. Esse destaque é fruto de um conjunto de ações e investimentos realizados nos últimos anos pela atual administração, que tem apostado na modernização dos métodos de ensino, formação continuada de professores e monitores, qualificação da gestão educacional e melhoria da infraestrutura física das escolas.

Sob a liderança do prefeito Evanir Wolff (Big) e do vice-prefeito Rodinei Bruel (Gipe), a educação municipal tem avançado de forma consistente, com a implantação de novos sistemas pedagógicos, programas de apoio ao aprendizado, avaliações internas, aquisição de materiais didáticos atualizados e iniciativas que incentivam o desenvolvimento das habilidades fundamentais desde os primeiros anos escolares.

Foto - Prefeitura de Tapejara

O evento contou com a presença da secretária estadual de Educação, Raquel Teixeira, de dirigentes municipais e demais autoridades

O programa Alfabetiza Tchê tem como principal objetivo assegurar que todos os estudantes da rede pública gaúcha estejam plenamente alfabetizados até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Em Tapejara, essa meta tem sido fortalecida por meio de ações concretas da Secretaria Municipal de Educação, aliadas ao comprometimento dos profissionais que atuam nas escolas municipais.

Além do reconhecimento público, as escolas contempladas receberam valores entre R$ 40 mil e R$ 80 mil, que deverão ser utilizados em ações pedagógicas para ampliar ainda mais os resultados em alfabetização e fluência leitora.

Prefeitura inicia melhorias na estrada entre Tapejara e Linha Quatro

Obra contempla alargamento, drenagem, compactação e aplicação de brita, visando melhorar a trafegabilidade e o escoamento da produção no interior

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente de Tapejara iniciou recentemente, os trabalhos de melhoria na estrada que liga a cidade à comunidade de Linha Quatro. A informação foi confirmada pelo secretário Eduardo Bortoloto (Tilico).

Entre os serviços previstos estão o alargamento da via, a limpeza e a compactação do leito da estrada. Também será realizada a colocação de tubos em pontos específicos, com o objetivo de garantir o escoamento da água da chuva e evitar o acúmulo sobre a pista, reduzindo o risco de erosão. Após a preparação, será feita a aplicação de brita. Além do trecho principal, também serão contemplados os dois travessões que dão acesso às Linhas Três e Vila Campos.

De acordo com o secretário, o trabalho integra o compromisso de atender às demandas das comunidades do interior e de garantir melhores condições de trafegabilidade para os moradores, produtores e transportadores que utilizam a via diariamente.

Foto - Prefeitura de Tapejara

Também serão contemplados os dois travessões que dão acesso às Linhas Três e Vila Campos

1ª Feira da Saúde da Família leva atendimento e bem-estar à comunidade

Evento ofereceu serviços de saúde, atividades recreativas e ações preventivas, reunindo moradores e profissionais em um dia de cuidado e conscientização

No dia 29 de março, a UBS Central foi palco da 1ª Feira da Saúde da Família, um evento que proporcionou atendimento de qualidade à comunidade. Organizada pela Secretaria de Saúde, com o apoio das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), a feira ocorreu das 9h às 15h, reunindo centenas de moradores em busca de serviços essenciais para a saúde e bem-estar.

Aberta a toda a população, a feira ofereceu diversos atendimentos voltados à promoção e prevenção da saúde, incluindo avaliação auditiva e visual, aferição de pressão arterial, tipagem sanguínea, testes rápidos de HIV, Hepatite B e C, teste de Sífilis, entre outros.

Além dos atendimentos preventivos, o evento também contou com atividades de promoção à saúde, como aulão de dança, recreação infantil, orientações sobre a importância da hidratação, primeiros socorros, exposição de óleos e difusores, além de um espaço da beleza.

A feira foi um grande sucesso, reunindo uma equipe qualificada de profissionais de saúde. Todos os ACS estiveram presentes, assim como representantes da Administração, Prefeito Jones Roberto Cecchin, Vice-prefeito Migueli Durigon e a Secretaria de Administração e Finanças, Carine Teston Minotto, representantes da Secretaria de Saúde e funcionários da UBS Central. O evento também contou com o apoio de diversas entidades e empresas da região, como a Pró Audi, Corsan AGEA, EMATER-RS, Bombeiros Voluntários de Tapejara, além do optometrista Vinicius Mezzomo, que realizou testes de visão.

A enfermeira Gabriela Brevian agradeceu a presença de todos e reforçou a importância do evento, destacando os serviços oferecidos, muitos dos quais não estão disponíveis regularmente na UBS. As ACS também expressaram sua gratidão e enfatizaram a relevância dessas iniciativas para a população, especialmente para o público da terceira idade, que participou de atividades físicas e destacou os benefícios da prática esportiva.

Foto - Prefeitura de Ibiaçá

A feira ofereceu diversos atendimentos voltados à promoção e prevenção da saúde

O vice-prefeito Migueli Durigon, ressaltou a importância do cuidado preventivo com a saúde e reafirmou o compromisso da administração municipal em fortalecer a área da saúde. Já o prefeito Jones Roberto Cecchin celebrou o sucesso da primeira edição da feira e reforçou que a saúde é uma das prioridades da gestão, destacando a intenção de realizar novas edições devido à grande adesão da população.

Município recebe presidente da Santa Clara em encontro que garante empregos e investimentos

A unidade possui capacidade para abater até 600 suínos por dia

Foto - Marcelo Andrade Biazutti

A partir de maio, a Cooperativa Santa Clara, assumirá integralmente as operações do frigorífico localizado em Vila Lângaro

No dia 25 de março, o prefeito de Vila Lângaro, Anildo Costella, recebeu o presidente da Cooperativa Santa Clara, Gelsi Belmiro Thums, acompanhado do Diretor Administrativo e Financeiro, Alexandre Guerra, e do gerente de Frigorífico e Suinocultura, Glademir Luiz Mecca, para um encontro que marcou o início de uma nova fase para o município e para a cooperativa.

A partir de maio, a Cooperativa Santa Clara, uma das principais empresas da Serra Gaúcha, assumirá integralmente as operações do frigorífico localizado em Vila Lângaro. A unidade, que possui capacidade para abater até 600 suínos por dia, passará a ser completamente gerida pela cooperativa, encerrando a parceria anterior e ampliando a atuação da Santa Clara na região. Essa medida garantirá a continuidade das operações e a recontratação de todos os funcionários da unidade, assegurando a manutenção dos postos de trabalho e a estabilidade do processo produtivo.

"Estamos muito satisfeitos em concretizar essa negociação, que representa o fortalecimento de uma parceria sólida que vem se desenvolvendo há três anos. Este investimento é parte do nosso planejamento estratégico de expansão e visa otimizar ainda mais a industrialização de nossos produtos, que são reconhecidos por sua qualidade e sabor excepcionais", destacou Gelsi Belmiro Thums, presidente da Cooperativa Santa Clara.

O prefeito Anildo Costella ressaltou a importância do movimento para a economia local. "Essa iniciativa não só preserva centenas de postos de trabalho qualificados, como também consolida Vila Lângaro como um polo estratégico na cadeia produtiva de proteína animal no Rio Grande do Sul", afirmou o prefeito.

CÂMARA DE VEREADORES DE VILA LÂNGARO

Legislativo de Vila Lângaro aprova projetos e proposições em sessões ordinárias

Diversas proposições foram apresentadas pelos vereadores

A Câmara Municipal de Vereadores de Vila Lângaro realizou nos dias 24 e 31 de março de 2025 sessões ordinárias onde foram debatidos e aprovados diversos projetos de lei e proposições de interesse da comunidade.

Na sessão do dia 24 de março, o Projeto de Lei nº 16/25, que autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar servidores em caráter temporário de excepcional interesse público, foi aprovado por unanimidade.

Já na sessão do dia 31 de março, outros dois projetos foram deliberados e incluídos na Ordem do Dia em regime de urgência, também aprovados por unanimidade. O Projeto de Lei nº 17/25 trata da cessão de uso de um imóvel público, enquanto o Projeto de Lei nº 18/25 reorganiza e consolida o Programa de Inspeção Municipal de produtos de origem animal.

Além disso, diversas proposições foram apresentadas pelos vereadores na sessão do dia 24 de março. Entre as indicações aprovadas, destacam-se a solicitação para nomenclatura de ruas e instalação de placas de identificação (Indicação nº 08/25), a possibilidade de desenvolvimento de cabeceiras de bueiros pré-moldadas (Indicação nº 10/25), a criação de uma Horta Municipal (Indicação nº 11/25) e o estudo de auxílio aos suinocultores para adequação à Instrução Normativa nº 13/2024 (Indicação nº 12/25), esta última também aprovada em regime de urgência.

Outro destaque foi a Moção de Apoio nº 04/25, apresentada pelo vereador Edilson Schultz, apoiando o "Manifesto à Nação: Os Equívocos de um Ministro da Justiça e Segurança Pública que não compreende as polícias", divulgado por diversas entidades representativas das forças de segurança pública no Brasil. A moção foi aprovada por unanimidade e encaminhada às autoridades competentes.

Na sessão do dia 31 de março, não houve pauta para deliberação na Ordem do Dia.

Foto - Câmara de Vereadores de Vila Lângaro

Os vereadores que estão atuando em 2025

A Câmara de Vereadores de Vila Lângaro reforçou o convite para que a população participe das sessões ordinárias, realizadas todas as segundas-feiras, a partir das 18h30min, no Plenário Frei Ari Tognon. Para aqueles que não puderem comparecer presencialmente, as sessões também são transmitidas ao vivo pela página oficial da Câmara no Facebook.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Prezados Senhores
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Hospital Santo Antônio, levantadas em 31 de dezembro de 2024, acompanhada do relatório dos Auditores Independentes.

Tapejara (RS), 12 de marco de 2025.
A Administração

Rogério Zimmermann Doering
Presidente

MOORE

Moore CWB Auditores Independentes

Rua Almirante Tamandaré, nº 738, 2º andar
Sala 3 – Alto da XV - CEP 80045-170
Curitiba - Parará

Tel +55 (41) 3205 7000

moorecwb@moorebrasil.com.br
www.moorebrasil.com.br

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Administradores do
Hospital Santo Antônio.
Tapejara - RS

Opinião com Ressalvas.

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital Santo Antônio, "Entidade" que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos, descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Santo Antônio, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Ativo imobilizado

A Entidade utiliza as taxas de vida útil definidas pela legislação fiscal para depreciação e amortização do seu ativo imobilizado e intangível. Referidas taxas, aplicadas sobre o valor integral do item adquirido, não condizem com as normas contábeis atualmente vigentes no Brasil que requerem, dentre outros que: a) o método de depreciação aplicado a um ativo seja determinado com base em estudo técnico formalizado; b) que o referido estudo seja revisado periodicamente para refletir as mudanças quando houver alteração significativa no padrão de consumo previsto; e c) revisão e mensuração de redução ao valor recuperável "*impairment*" de seus ativos. Desta forma, não é possível concluir sobre a adequação das taxas de depreciação e amortização utilizadas pela Entidade e determinar eventuais efeitos no ativo, resultado e patrimônio social em 31 de dezembro de 2024.

2. Provisões para Contingência

Conforme descrito na Nota 18 às demonstrações financeiras, a Entidade optou por não registrar em sua totalidade as provisões para contingências, considerada como risco de perda provável, contrariando a NBC TG 1000 (R1) Seção 21 "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", que prevê a obrigatoriedade desse registro. Desta forma, devido a não aplicabilidade da norma, em 31 de dezembro de 2024, o passivo está apresentado a menor em R$ 637.946,68 e o patrimônio líquido e o resultado do exercício a maior em igual valor, sem considerar os possíveis efeitos descritos no item anterior.

3. Saldos de abertura

Conforme descrito na Nota 19, às demonstrações financeiras, a Entidade registrou na conta de ajustes de exercícios anteriores o montante líquido de R$ 642.155,27 em contrapartida as contas do contas a receber, estoques, adiantamento concedidos, outros ativos, imobilizado, fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, recursos públicos a aplicar e receitas diferidas ou a incorrer. O CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro define que um erro de período anterior deve ser corrigido por reapresentação retrospectiva, o que não foi realizado pela Entidade. Desta forma, devido a não reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2023, o ativo circulante está apresentado a maior em R$ 545.031,81, ativo não circulante a menor em R$ 200.000,00, passivo circulante a menor em R$ 189.321,20, passivo não circulante a menor em R$ 107.802,26 e o déficit do exercício a menor em R$ 642.155,27.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Hospital Santo Antônio é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 12 de março de 2025.

MOORE CWB
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC.PR 009.921/O-3

Diemerson do Nascimento
Contador
CRC PR - 060.422/O-7
CNAI 4878

Balanço Patrimonial

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	809.716,57	1.425.589,57
Contas a receber	05	2.358.923,97	1.579.728,37
Estoques	06	576.295,53	608.274,50
Adiantamentos concedidos	-	47.982,64	77.342,31
Tributos e contribuições a recuperar	-	698,48	148,67
Despesas antecipadas	-	9.917,04	9.846,30
Outros ativos	07	4.524,75	111.056,93
		3.808.058,98	**3.811.986,65**
Não circulante			
Depósitos judiciais	08	184.772,02	184.672,02
Investimentos	09	104.917,43	91.936,87
Imobilizado	10	11.376.934,90	11.539.158,37
Intangível	10	856.553,05	964.547,65
		12.523.177,40	**12.780.314,91**
Total do Ativo		**16.331.236,38**	**16.592.301,56**

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	715.495,87	659.798,01
Empréstimos e financiamentos	12	2.055.422,74	1.321.127,74
Obrigações sociais e trabalhistas	13	2.210.567,63	2.087.584,28
Obrigações fiscais	14	140.520,08	144.927,39
Adiantamentos de clientes	15	-	509.624,99
Recursos públicos a aplicar	16	183.994,09	351.951,00
Outros passivos	-	144.924,09	167.244,75
		5.450.924,50	**5.242.258,16**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	410.081,26	1.245.628,14
Recursos públicos a aplicar	16	223.488,20	248.290,36
Receitas diferidas ou a incorrer	17	2.589.451,66	2.883.980,29
Provisões para contingências	18	143.033,26	229.779,81
Outros passivos	-	341.566,42	449.599,68
		3.707.620,80	**5.057.278,28**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social	19.1	6.292.765,12	7.890.100,24
Superávits (Déficits) acumulados	19.1	879.925,96	(1.597.335,11)
		7.172.691,08	**6.292.765,13**
Total do Passivo		**16.331.236,38**	**16.592.301,56**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesoureiro

Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS
Contador

Demonstração do Resultado

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita			
Receitas de serviços	20	30.599.697,15	27.575.372,23
Receitas de subvenções e repasses	21	6.736.561,75	3.631.365,77
Receitas com isenções usufruidas	22	2.679.433,50	2.531.579,62
		40.015.692,40	**33.738.317,62**
Custo das Atividades Operacionais			
Custo dos serviços prestados	23	(31.142.693,79)	(28.122.192,37)
Custo com isenções usufruidas	22	(2.679.433,50)	(2.531.579,62)
Resultado Bruto Operacional		**6.193.565,11**	**3.084.545,63**
Despesas das Atividades Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(4.556.403,01)	(4.608.007,52)
Outras (despesas) e receitas líquidas	-	226.973,47	363.607,30
		(4.329.429,54)	(4.244.400,22)
Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros		**1.864.135,57**	**(1.159.854,59)**
Receitas financeiras	25	8.376,29	121.751,17
Despesas financeiras	25	(350.430,63)	(255.438,93)
		(342.054,34)	(133.687,76)
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício		**1.522.081,23**	**(1.293.542,35)**

Demonstração do Resultado Abrangente

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	31/12/2024	31/12/2023
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício	**1.522.081,23**	**(1.293.542,35)**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**1.522.081,23**	**(1.293.542,35)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Patrimônio Social	Déficit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.153.009,80**	**(3.262.909,56)**	**7.890.100,24**
Absorção do déficit ao patrimônio	(3.262.909,56)	3.262.909,56	-
Déficit do exercício	-	(1.293.542,35)	(1.293.542,35)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(303.792,76)	(303.792,76)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**7.890.100,24**	**(1.597.335,11)**	**6.292.765,13**
Absorção do déficit ao patrimônio	(1.597.335,11)	1.597.335,11	-
Superávit do exercício	-	1.522.081,23	1.522.081,23
Ajuste de exercícios anteriores	-	(642.155,27)	(642.155,27)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**6.292.765,12**	**879.925,96**	**7.172.691,08**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	**1.561.356,26**	**(235.511,79)**
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício	**1.522.081,23**	**(1.293.542,35)**
Ajustes por:	**1.697.630,77**	**1.301.390,09**
. Depreciações e amortizações	1.455.568,84	1.217.567,96
. Juros e variações monetárias	324.292,85	158.730,32
. Resultado na baixa de ativo permanente	4.515,63	-
. Provisão (reversão) de contigências	(86.746,55)	(74.908,19)
Resultado Ajustado	**3.219.712,00**	**7.847,74**
Aumento (Redução) nos Passivos:	**(501.278,60)**	**619.167,09**
Fornecedores	(43.973,73)	(17.570,92)
Obrigações sociais e trabalhistas	186.598,72	(448.105,37)
Obrigações fiscais	(3.954,68)	38.997,44
Adiantamento de clientes	(509.624,99)	494.230,87
Outras contas a pagar	(130.323,92)	551.615,07
Redução (Aumento) nos Ativos:	**(1.157.077,14)**	**(862.526,62)**
Contas a receber	(1.210.929,48)	(928.029,99)
Estoques	26.080,40	205.443,10
Impostos e contribuições a recuperar	(549,81)	7.136,96
Adiantamentos	26.718,73	(27.772,00)
Outros créditos	1.773,76	(107.971,25)
Despesas antecipadas	(70,74)	(1.795,76)
Depósitos judiciais trabalhistas	(100,00)	(9.537,68)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	**(1.002.846,96)**	**(794.424,98)**
. Aquisição de imobilizado	(989.866,40)	(594.339,86)
. Aquisição de intangível	-	(189.762,38)
. Aquisição de investimento	(12.980,56)	(10.322,74)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	**(1.174.382,30)**	**271.163,04**
. Empréstimos e financiamentos obtidos	5.997.784,06	6.678.612,12
. Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.562.364,14)	(5.841.871,01)
. Recursos públicos a aplicar	(313.028,61)	(244.101,12)
. Receitas a incorrer - imobilizado e custeio	(296.773,61)	(321.476,95)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(615.873,00)**	**(758.773,73)**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	**1.425.589,57**	**2.184.363,30**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	**809.716,57**	**1.425.589,57**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Rogério Zimmermann Doering
Presidente

Josué Girardi
Tesoureiro

Frederico Borgmann de B. de Almeida
CRC 101.123/0 RS
Contador

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

01) Contexto Operacional

O Hospital Santo Antônio, Entidade civil, inscrita no CNPJ 97.577.928/0001-75, sito a Rua Tranquilo Basso, 270, Tapejara, RS, fundada em 02/01/1938, e uma entidade sem fins lucrativos, com seus atos constitutivos transcritos no Livro n°. 03, folhas 58 a 59, sob o nº de ordem 39, arquivados no Oficio do Registro de Pessoas Jurídicas de Passo Fundo/RS. A atual alteração e consolidação do Estatuto Social encontra-se inscrita no Livro A-2, as folhas 26, sob o (nº)126 e averbada sob (nº) 10.126, as folhas 214, no Livro A-8, de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Título apontado sob o (nº) 10.356, no Livro A-9, folha 65, em 23/04/2014. O hospital teve sua "Utilidade Pública Municipal" reconhecida pelo Decreto 2.071 de 12 de fevereiro de 1992. Possui certificado de Fins Filantrópicos conforme Resolução 017 de 12 de fevereiro de 1996, publicada no Diário Oficial da União em 15 de fevereiro de 1996 o qual foi expedido pelo CNAS em 03 de abril de 1996. Entre as finalidades da instituição está a manutenção de um Hospital, devendo prestar assistência médico-hospitalar a todos que necessitarem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, ideologia política ou credo religioso. É uma entidade filantrópica, não remunerando seus diretores, conselho fiscal, nem associados, aplicando o Superavit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias ou inversão patrimonial e aplica suas rendas totalmente no país. Em 2017, em normas estatutárias, foi constituída uma filial, denominada de Farmácia Externa, para venda de materiais, medicamentos e perfumaria que, após remodelagem completa de suas instalações, iniciou as operações em 2018.

01.1) Certificado CEBAS

O Hospital Santo Antônio, conforme Diário Oficial Sessão 1 nº 39 de 27 de fevereiro de 2023, possuía o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

Em 27 de outubro de 2023, foi solicitado o pedido de renovação do CEBAS, mediante o protocolo nº 25000.161652/2023-45. Nos dias 14, 26 de dezembro de 2023 foram apresentados os documentos solicitados. Em 15 de fevereiro de 2024, mediante processo de diligência do CEBAS, a Entidade realizou alteração estatutária e em 18 de março de 2024, realizou uma nova juntada de documentos ao protocolo de renovação.

Em 13 de fevereiro de 2025, mediante a portaria SAES/MS Nº 2.544, publicado no diário oficial, obteve o deferimento da renovação do CEBAS, para o período de 3 anos de 01/01/2024 até 31/12/2026.

02) Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

02.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras do Hospital Santo Antônio, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), especialmente a ITG 2002, aprovada pela resolução nº 1.409/2012. que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações patrimoniais e de estruturação das demonstrações financeiras, e as informações a serem divulgadas em nota explicativa para entidades sem finalidade de lucro.

2.2 Declaração de Concordância

A Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes. A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2025. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração.

02.2 Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são divulgadas em reais, exceto se indicado de outra forma. Transações em outras moedas, quando aplicável, são convertidos para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento do câmbio e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

02.3 Bases de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas com base no uso de estimativas, exceto quando indicado de outra forma.

02.4 Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira contínua pela Administração e são baseadas em experiência histórica e novas informações. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

02.4.1 - Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável das contas a receber. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a análise histórica de perda, bem como a experiência da Administração.

02.4.2 - Vida útil do Ativo Imobilizado

A estimativa da vida útil aplicada aos bens integrantes do Ativo Imobilizado está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à manutenção e conservação dos bens, bem como alterações na sua utilização. A Administração utiliza taxas de vida útil definidas pela legislação fiscal.

02.4.3 - Receitas diferidas

As estimativas para reconhecimento das receitas são baseadas na taxa de vida útil dos imobilizados com restrição. À medida que os imobilizados são depreciados, as receitas diferidas são realizadas para o resultado.

02.4.4 - Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Entidade, sempre que as perdas forem avaliadas como

prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

03) Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Entidade nessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados:

a) Ativos Circulantes e Não Circulantes

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

(ii) Contas a Receber

São registradas pelo valor mensal decorrentes da prestação de serviço de atendimentos realizados de consultas e internamentos de pacientes particulares, planos de saúde, e da rede pública pelo repasse para pagamento desses serviços, e são ajustadas por perdas no recebimento, quando aplicável.

As contas a receber decorrente de convênios, emendas parlamentares, portarias e projetos, são contabilizados na competência em que a entidade adquire o direito do recurso.

(iii) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque pelo "custo médio ponderado".

(iv) Investimento

Os investimentos em cotas de capital em entidades financeiras são mantidos pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, líquido de eventuais perdas.

(v) Imobilizado e Intangível

São avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação ou amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui os gastos necessários para que o item específico esteja em condições para seu uso pretendido.

Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem benefícios econômicos futuros para a Entidade. Caso contrário, são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é reconhecida de maneira a alocar o valor depreciável dos ativos durante suas respectivas vidas úteis. O método de depreciação utilizado é linear.

A depreciação ou amortização se iniciam quando os ativos estão nas condições de uso pretendidas pela Administração e cessam quando os ativos são desreconhecidos ou classificados como ativo mantido para venda. Um item do imobilizado é desreconhecido quando for vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

Anualmente a Administração avalia se existe indicativo de que os ativos imobilizados estejam desvalorizados. Em caso positivo é apurado o valor recuperável (maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas com a venda). Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil líquido, uma perda deve ser reconhecida (*impairment).*

(vi) Demais ativos

Estão demonstrados ao valor de realização, que inclui, quando aplicável, os rendimentos, desvalorizações e variações monetárias e/ou cambiais auferidos até a data do balanço.

b) Passivos Circulantes e Não Circulantes

(i) Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da entidade, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

(ii) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, e menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

(iii) Provisões para contingências

Quando aplicável, são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e, somente quando se possa fazer uma estimativa confiável dos valores envolvidos. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Entidade. As ações cujo prognóstico é possível perda, é apresentado em nota explicativa e não é requerido o registro contábil.

(iv) Recursos públicos a aplicar (Subvenções)

Correspondem a recursos públicos recebidos a título de subvenção governamental, que serão utilizados conforme os termos dos convênios, emendas e portarias. Os valores recebidos são acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira enquanto os recursos não são utilizados. A medida em que os recursos forem utilizados, ocorrem a realização da receita da subvenção, em face ao custo e despesas geradas e pagas com esse recurso.

(v) Receitas diferidas

Correspondem a recursos públicos recebidos cuja finalidade é a aquisição de ativos imobilizados. Conforme NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamental, as receitas e despesas são registradas no mesmo momento, dessa forma as receitas diferidas são realizadas ao longo da vida útil do ativo imobilizado denominado de (Imobilizado com restrição), adquiridos com esses recursos.

(vi) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

c) Resultado do Exercício

É apurado observando o regime de competência.

As receitas provenientes da manutenção dos serviços de assistência médico-hospitalar (SUS), originadas pelas internações, são registradas com base nos serviços prestados na competência do envio do protocolo do paciente. No entanto, esse envio nem sempre ocorre no mesmo mês em que os custos de manutenção dos serviços são incorridos. As possíveis distorções que esses fatores podem causar na apuração do resultado de cada período não têm relevância significativa.

Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações são reconhecidas no resultado, na competência que ocorreram.

d) Resultado Abrangente

O resultado abrangente está apresentado conforme NBC TG 1000 (R1) seção 5.

d) Resultado Abrangente

O resultado abrangente está apresentado conforme NBC TG 1000 (R1) seção 5.

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Preparada pelo método indireto e apresentada conforme NBC TG 1000 (R1) seção 7.

03.1) Instrumentos Financeiros

A Entidade não opera costumeiramente com instrumentos financeiros derivativos. Na data do balanço, utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando for mantido para negociação ou designado como tal no reconhecimento inicial. Todos os instrumentos financeiros derivativos são classificados obrigatoriamente nesta categoria. A Entidade não opera com derivativos. Estes ativos devem ser mensurados pelo valor justo com contrapartida no resultado do exercício, não existindo necessidade de realização de teste para avaliar uma eventual perda no valor recuperável (PECLD).

b) Passivos financeiros pelo custo amortizado

Os passivos financeiros não foram classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Estes são reconhecidos pelo custo amortizado pela taxa efetiva de juros. Dentro desta categoria a Sociedade possui os "Empréstimos e Financiamentos", "Fornecedores" e "Outras Contas a Pagar".

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores estão registrados ao valor de mercado, na data da demonstração financeiras, acrescidos dos rendimentos financeiros.

d) Contas a Receber e Contas a Pagar

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber e contas a pagar aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas, o seu vencimento a curto prazo e ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida de contas a receber.

e) Outras Contas

Nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente e seus valores prováveis de realização a valores de mercado de 31 de dezembro.

04) Caixa e Equivalentes de Caixa

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	20.492,50	48.378,60
Bancos contas correntes - Sem restrição	04.1	780.477,18	749.745,79
Bancos contas correntes - Com restrição	04.2	1.412,96	130.187,39
Aplicações financeiras de liquidez imediata - Sem restrição	04.1	-	385.335,88
Aplicações financeiras de liquidez imediata - Com restrição	04.2	7.333,93	111.941,91
		809.716,57	**1.425.589,57**

04.1 Bancos contas correntes e aplicações financeiras - Sem restrição

Correspondem a valores mantidos em bancos conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus.

As aplicações financeiras possuem rendimentos variáveis remunerados pela CDI.

04.2 Bancos contas correntes e aplicações financeiras - Com restrição

Correspondem a valores mantidos em bancos conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata originários do recebimento de subvenções governamentais. Os recursos serão utilizados conforme os termos dos contratos de convênio, portarias e emendas. Os recursos recebidos enquanto não utilizados são mantidos em disponibilidades em contrapartida ao passivo circulante e não circulante na conta de Recursos Públicos a Realizar, conforme nota 16.

As aplicações financeiras possuem rendimentos variáveis remunerados pela CDI.

05) Contas a Receber

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a receber	-	67.276,33	95.941,43
Créditos de convênios	05.1	1.728.710,46	1.185.149,01
Cartão de crédito	05.2	340.764,18	143.938,92
Subvenções a receber	05.3	222.173,00	154.699,01
		2.358.923,97	**1.579.728,37**

05.1 Créditos de convênios - Correspondem a valores a receber de convênios, decorrentes de diárias de internamento atendimentos por consultas de clinico geral e de especialistas, exame entre outros.

05.2 Cartão de crédito – Refere-se aos créditos a receber das operadoras de cartão de crédito, provenientes da venda de medicamentos, consultas, exames cirurgias entre outros, realizados por meio dessa modalidade de recebimento.

05.3 Subvenções a receber - Está representado por convênios e emendas parlamentares que até a data das demonstrações financeiras não haviam sido recebidos.

06) Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais de consumo		
Ortese e protese	60.894,61	66.476,04
Material de expediente	28.418,03	46.617,82
Consumo clinico	10.332,77	38.516,08
Tecido e rouparia	19.058,30	32.532,97
Higiene e limpeza	20.829,15	22.587,00
Outros materiais	63.923,52	38.389,03
Farmácia interna		
Medicamentos	160.866,33	133.412,31
Materiais	133.123,22	147.811,63
Farmácia externa		
Medicamentos e materiais da farmácia externa	78.820,33	77.281,96
Outros		
Devoluções	29,27	4.649,66
	576.295,53	**608.274,50**

Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição, que não superam o valor de mercado na data de 31 de dezembro de 2024. A baixa dos estoques ocorre na competência da sua utilização e o valor é determinado pela média ponderada.

07) Outros Ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis a receber	2.724,75	3.603,51
Cheques recebidos a apresentar	1.800,00	107.061,01
Troco solidário a receber	-	392,41
	4.524,75	**111.056,93**

08) Depósitos Judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais trabalhistas	180.002,02	179.902,02
Depósitos judiciais - Clientes pessoa física	4.770,00	4.770,00
	184.772,02	**184.672,02**

Representado por depósitos judiciais decorrentes de processos trabalhistas e cíveis em que a Entidade é polo passivo "reclamanda" no processo.

09) Investimento

	31/12/2024	31/12/2023
Quotas de capital Sicredi	103.856,67	91.172,90
Cia Riograndense de Telecomunicações - CRT	532,69	532,69
Quotas de capital Sicoob	528,07	231,28
	104.917,43	**91.936,87**

Os investimentos mantidos são decorrentes de quotas de capital com cooperativas de crédito, em que a Entidade possui contas correntes e de aplicação financeira, para movimentar os seus recursos.

10) Imobilizado e Intangível

	31/12/2024			31/12/2023	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	% (*)
Imobilizado					
Sem Restrição					
Terrenos	200.000,00	-	200.000,00	-	-
Edificações e instalações	7.150.099,27	(1.665.493,02)	5.484.606,28	4.998.511,09	4%
Veículos	44.086,00	(44.086,00)	-	-	20%
Máquinas e equipamentos	7.097.178,28	(4.846.406,31)	2.250.771,97	2.131.615,12	10%
Móveis e utensílios	2.170.517,80	(1.628.862,56)	541.655,24	646.266,86	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.886,03	-	3.886,03	3.886,03	4%
Computadores e periféricos	1.029.766,94	(727.791,24)	301.975,70	334.042,45	20%
Com Restrição					
Edificações e instalações	635.842,52	(70.056,48)	565.786,04	591.219,92	4%
Máquinas e equipamentos	2.446.416,72	(924.779,47)	1.521.637,25	1.749.241,26	10%
Móveis e utensílios	609.295,17	(222.767,64)	386.527,53	446.406,93	10%
Computadores e periféricos	134.433,02	(18.932,18)	115.500,84	26.871,10	20%
Construções em andamento					
Sem Restrição					
Reforma do prédio do hospital em curso	-	-	-	102.151,83	-
Reforma predial hospital adm em curso - Próprio	-	-	-	54.414,75	-
Obra agência BRA Agência Transfusi]onal - CD 2021	-	-	-	93.214,82	-
Reforma Un. tratamento diferenciado, lactário 2021	-	-	-	76.313,72	-
Obra própria em curso 90.005.17314/79	-	-	-	280.730,49	-
Reforma sáude mental 2021	-	-	-	4.272,00	-
Obra entrada emergência	-	-	-	-	-
Consórcio	4.588,02	-	4.588,02	-	
	21.526.109,77	**(10.149.174,90)**	**11.376.934,90**	**11.539.158,37**	
Intangível					
Sem Restrição					
Softwares	1.076.945,11	(223.392,06)	853.553,05	961.547,65	10%
Logomarcas e patentes	3.000,00	-	3.000,00	3.000,00	-
	1.079.945,11	**(223.392,06)**	**856.553,05**	**964.547,65**	

(*) - Taxas anuais de depreciação / amortização.

O ativo imobilizado da Entidade está mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear e as taxas foram determinadas com base na expectativa de vida útil fiscal.

A Administração não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*Impairment*).

Apresenta-se a seguir a movimentação do ativo imobilizado e intangível, ocorridas durante o exercício de 2024:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado						
Sem Restrição						
Terrenos	-	200.000,00	-	-	-	200.000,00
Edificações e instalações	4.998.511,06	20.608,27	-	745.633,48	(280.146,53)	5.484.606,28
Veículos	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.131.615,12	607.681,05	-	29.440,00	(517.964,20)	2.250.771,97
Móveis e utensílios	646.266,86	96.085,29	8,89	(49.999,00)	(150.706,80)	541.655,24
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.886,03	-	-	-	-	3.886,03
Computadores e periféricos	334.042,45	27.421,85	155,48	(4.288,02)	(55.356,06)	301.975,70
Com Restrição						
Edificações e instalações	591.219,92	-	-	-	(25.433,88)	565.786,04
Máquinas e equipamentos	1.749.241,26	1.474,08	(4.680,00)	20.240,00	(244.638,09)	1.521.637,25
Móveis e utensílios	446.406,93	1.002,00	-	-	(60.881,40)	386.527,53
Computadores e periféricos	26.871,10	96.470,00	-	4.607,02	(12.447,28)	115.500,84
Construções em andamento						
Sem Restrição						
Reforma do prédio do hospital em curso	102.151,83	68.177,70	-	(170.329,53)	-	-
Reforma predial hospital adm em curso - Próprio	54.414,75	-	-	(54.414,75)	-	-
Obra agência BRA Agência Transfusional - CD 2021	93.214,82	-	-	(93.214,82)	-	-
Reforma Un. tratamento diferenciado, lactário 2021	76.313,72	-	-	(76.313,72)	-	-
Obra própria em curso 90.005.17314/79	280.730,49	-	-	(280.730,49)	-	-
Reforma sáude mental 2021	4.272,00	1.622,00	-	(5.894,00)	-	-
Obra entrada emergência	-	64.736,17	-	(64.736,17)	-	0,00
Consórcio	-	4.588,02	-	-	-	4.588,02
	11.539.158,34	**1.189.866,43**	**(4.515,63)**	**(0,00)**	**(1.347.574,24)**	**11.376.934,90**
Intangível						
Sem Restrição						
Softwares	961.547,65	-	-	-	(107.994,60)	853.553,05
Logomarcas e patentes	3.000,00	-	-	-	-	3.000,00
	964.547,65	**-**	**-**	**-**	**(107.994,60)**	**856.553,05**

Os bens do ativo imobilizado identificados como "Com Restrição", foram adquiridos com recurso de subvenção governamental. A medida em que a despesa de depreciação é calculada e registrada no resultado do exercício como despesa, as receitas de subvenções a apropriar, são registradas igualmente.

Esses bens possuem restrição de uso, venda, baixa e transferência de propriedade, conforme os termos de cada convênio.

Construções em andamento

Representado por reformas prediais realizadas pela Entidade. Os gastos com materiais, mão de obra, taxas, e outros relacionados a essas obras, foram registradas como construções em andamento. Até 31 de dezembro de 2024, todas as obras foram finalizadas e transferidas para Edificações e Instalações. O início da depreciação desses bens será realizado no início de 2025.

Terrenos

Até o exercício de 2024, os terrenos de propriedade da Entidade não estavam registrados contabilmente. No decorrer do exercício de 2024, a administração realizou um levantamento completo das matrículas de propriedade do hospital, com o objetivo de regularizar o registro contábil e manter um controle patrimonial adequado sobre esses bens. Em decorrência desse levantamento, foi deliberado pela administração a atribuição de um valor simbólico para o registro contábil dos terrenos, uma vez que será contratado uma consultoria especializada para levantamento especifico quanto ao valor de mercado dos terrenos, e seus respectivos reflexos nos registros contábeis.

O valor total estipulado para todos os terrenos foi de R$ 200.000,00, correspondentes a 16 matrículas. A atribuição do valor foi realizada individualmente por metro quadrado, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	Endereço	Matrícula	Área total m2	Valor Atribuido R$
Terrenos com a contrução do hospital				
Cinco lotes de terra .	Rua Tranquilo Basso, nº 21, 23, 25, 27 e 29 ...	10.332	4.000	45.282,32
Uma área urbana	Rua Coronel Lolico	15.225	1.400	15.848,81
Uma área urbana	Rua Dr. Verguelheiro	15.227	4.000	45.282,32
Em terreno rural	Rua Onze de julho	Sem matrícula	600	6.792,35
			10.000	**113.205,80**
Terreno em frente ao hospital (Estacionamento)				
Um lote Urbano	Rua Tranquilo Basso, nº 210	18.287	1.600	18.112,93
			1.600	**18.112,93**
Terrenos ao lado do hospital				
Um lote Urbano	Rua Coronel Lolico, nº 200-A	15.240	737,5	8.348,93
Um lote Urbano	Rua Coronel Lolico, nº 200-B	15.241	708,4	8.019,50
Um lote Urbano	Rua Coronel Lolico, nº 200-C	15.242	558	6.316,88
Um lote Urbano	Rua Coronel Lolico, nº 200-D	15.243	413,85	4.685,02
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-E	15.244	403	4.562,19
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-F	15.245	387,5	4.386,72
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-G	15.246	403	4.562,19
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-H	15.247	413,85	4.685,02
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-I	15.248	558	6.316,88
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-J	15.249	708,40	8.019,50
Um lote Urbano	Rua Narciso Seben, nº 200-K	15.250	775,44	8.778,43
			6.067	**68.681,28**
			17.667	**200.000,00**

11) Fornecedores

Valores a pagar decorrentes de contratação/aquisição de produtos e serviços, para manutenção das atividades operacionais da Entidade. Os títulos possuem vencimentos no início do exercício de 2025, e serão liquidados conforme o seu vencimento.

12) Empréstimos e financiamentos

Instituição	(*)	31/12/2024	31/12/2023	Taxa a.m	Último Vencimento	Garantias
Sicred	1	50.000,00	1,00	0,50%+CDI	09/2026	-
Sicoob	1	1.234.000,00	1.000.000,00	0,59 e 0,39%+CDI	02/25 e 10/2025	Aval
Sicred	2	-	222.548,34	0,35%+CDI	02/2023	-
Sicoob	3	445.212,12	-	0,35%+CDI	07/2029	Bens financiados
Caixa Hospitais FGTS	2	736.291,88	1.344.206,53	0,65% + TR	12/2025	Recebíveis
		2.465.504,00	**2.566.755,87**			

Passivo Circulante	2.055.422,74	1.321.127,74
Passivo Não Circulante	410.081,26	1.245.628,14
	2.465.504,00	**2.566.755,87**

(*) 1 Conta Garantia Crédito Rotativo / 2 Capital de Giro / 3 Financiamentos

Apresentamos a seguir a movimentação do exercício de 2024:

	(*)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Pagamentos	Juros	Saldo em 31/12/2024
Sicred	1	1,00	3.160.055,91	(3.126.397,23)	16.340,32	50.000,00
Sicoob	1	1.000.000,00	2.431.143,19	(2.349.371,19)	152.228,00	1.234.000,00
Sicred	2	222.548,34	-	(222.548,34)	-	-
Sicoob	3	-	482.640,88	(66.650,06)	29.221,30	445.212,12
Caixa Hospitais FGTS	2	1.344.206,53	62.979,43	(797.397,32)	126.503,23	736.291,87
		2.566.755,87	**6.136.819,41**	**(6.562.364,14)**	**324.292,85**	**2.465.504,00**

(*) 1 Conta Garantia Crédito Rotativo / 2 Capital de Giro / 3 Financiamento

Os empréstimos contratados não contêm cláusulas de restrições financeiras (covenants), dessa maneira não estão sujeitos a vencimentos antecipados.

13) Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar e rescisão	715.852,31	829.503,37
INSS retido a recolher	63.653,48	67.240,67
FGTS	111.401,60	99.243,15
Provisão de férias e encargos	1.269.786,29	1.036.069,79
Autônomos a pagar	48.728,50	47.596,16
Outras obrigações	1.145,45	7.931,14
	2.210.567,63	**2.087.584,28**

14) Obrigações fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
PIS, COFINS e CSLL retido a recolher	28.844,38	35.676,12
ISS retido a recolher	2.259,08	6.792,53
IRRF a recolher	108.453,67	101.516,55
ICMS a recolher	962,95	942,19
	140.520,08	**144.927,39**

15) Adiantamento de clientes

Representado por recebimentos antecipados que no exercício de 2023 estavam no processo de identificação e compensação. Durante o exercício de 2024 esses adiantamentos foram compensados e baixados. Em 31 de dezembro de 2024, não existem adiantamentos recebidos.

16) Recursos públicos a aplicar

	31/12/2024	31/12/2023
Piso enfermagem	180.396,37	51.584,59
Subvenções portarias	227.085,92	311.484,00
Subvenções convênios	-	237.172,77
	407.482,29	**600.241,36**
Passivo Circulante	183.994,09	351.951,00
Passivo Não Circulante	223.488,20	248.290,36
	407.482,29	**600.241,36**

São provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta do fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também, toda documentação a disposição para qualquer fiscalização.

A Entidade contabiliza as subvenções governamentais de acordo com a ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, em que as doações, subvenções e contribuições para custeio e imobilizado são contabilizadas em contas do passivo até serem utilizadas e registradas ao resultado.

Apresentamos a seguir, a movimentação ocorrida durante o exercício de 2024:

	Data do receb.	Valor Recebido	Estorno provisão ou devolução	Juros incorridos	Contra Parte (*)	Recursos Utilizados 2020	2021	2022	2023	2024	Saldo 31/12/2024
Emendas Parlamentares											
Emendas 1829 e 1938	2022	350.010,00	-	-	-	-	-	-	(346.889,16)	(1.805,64)	1.315,20
Emendas 1263	2021	767.000,00	-	-	106,46	-	(510.180,73)	(135.306,85)	(96.471,95)	(25.146,93)	-
Emenda 751 e 812	2020	200.000,00	-	-	796,78	-	-	(151.803,05)	(48.993,73)	-	-
Emenda 3412	2022	100.000,00	-	-	3.169,48	-	(75.868,48)	(14.375,00)	(12.925,00)	-	-
Emenda 4207 - 4122	2022	500.000,00	-	-	-	-	-	(280.201,14)	(208.681,27)	(11.117,59)	-
Emenda 1301	11/2023	100.000,00	-	-	5.489,63	-	-	-	(96.289,63)	(19.200,00)	-
Emenda 726 e 957	2020	500.000,00	-	-	-	(258.036,50)	(119.914,12)	(55.270,02)	(24.310,00)	(42.469,36)	-
Portarias											
Portaria 1011	2023	633.623,34	-	-	-	-	-	-	(633.623,34)	-	-
Portaria 999	09/2023	100.000,00	-	-	0,77	-	-	-	(43.965,42)	(56.035,35)	-
Portaria 824	08/2023	100.000,00	-	-	8,62	-	-	-	(100.008,62)	-	-
Portaria 579 - Inverno gaúcho	07/2023	90.000,00	-	-	81,80	-	-	-	(90.081,80)	-	-
Portaria 96	2023	438.676,64	-	-	25,44	-	-	-	(438.700,48)	-	-
Portaria 2.740/2023	2024	800.000,00	-	-	-	-	-	-	-	(800.000,00)	-
Portaria 3.604/2024	2024	50.000,00	-	-	18,30	-	-	-	-	(50.018,30)	-
Portaria 3.626/2024	2024	1.150.000,00	-	-	69,16	-	-	-	-	(1.150.069,16)	-
Portaria 3.666/2024	2024	1.500.000,00	-	-	26,34	-	-	-	-	(1.500.026,34)	-
Portaria 4078/2024 Incremento temporário	2024	250.000,00	-	-	10,82	-	-	-	-	(250.010,82)	-
Portaria 4779/2024 Enf. das enchentes 2024	2024	292.352,94	-	-	-	-	-	-	-	(292.352,94)	-
Portaria 4306/2024 (Leitos calamidade)	2024	270.000,00	-	-	11,13	-	-	-	-	(270.011,13)	-
Portaria 5767/2024 Inc. Finan. aos Hosp. Filant.	2024	169.848,38	-	-	47,20	-	-	-	-	(169.895,58)	-
Convênios											
Convênio 4379	2022	100.000,00	(13.320,00)	6.643,50	16.971,25	-	-	-	(58.900,00)	(51.394,75)	-
Convênio 946530 SICONV	2023	222.173,00	-	-	-	-	-	-	-	-	222.173,00
Convênio 898156 SICONV	2020	100.000,00	(2.528,00)	-	-	-	-	-	-	(97.472,00)	-
Convênio 914633 SICONV	2021	250.000,00	(54.699,01)	-	-	-	-	(93.005,99)	(102.250,00)	-	(0,00)
Projeto e Outros											
Projeto SICOOB	2023	5.000,00	-	-	0,42	-	-	-	(5.000,42)	-	-
Projeto central do dízimo	2023	191.553,28	-	-	-	-	-	-	(191.553,28)	-	-
Nota fiscal gaúcha	07/2023	4.967,80	-	-	44,02	-	-	-	(1.851,36)	(3.160,46)	-
Piso da enfermagem	2023/2024	2.432.553,81	-	-	-	-	-	-	(834.993,16)	(1.417.164,28)	180.396,37
Portaria 301/2024 (resguarda de desastres)	2024	200.000,00	-	-	84,40	-	-	-	-	(200.084,40)	-
Nota fiscal gaúcha 2024	2024	5.963,98	-	-	228,36	-	-	-	-	(6.212,34)	-
Nota fiscal gaúcha 79/2024	2024	3.597,72			-					-	3.597,72
		11.877.339,29	**(70.547,01)**	**6.643,50**	**27.191,28**	**(258.036,50)**	**(705.963,33)**	**(730.007,05)**	**(3.325.488,62)**	**(6.413.649,37)**	**407.482,29**

(*) Corresponde a contrapartida com recursos do hospital conforme termos do convênio ou por deliberação da administração.

17) Receitas diferidas a incorrer

Correspondem a recursos recebidos a título de subvenção, já utilizados financeiramente para aquisição do ativo imobilizado mediante os termos dos convênios firmados. Conforme mencionado na nota explicativa 10 (Imobilizado e intangível), à medida em que os bens com restrição são depreciados, as receitas diferidas serão realizadas pelo reconhecimento da receita no resultado do exercício.

18) Provisões para contingências

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Sociedade é polo passivo em ação cível e trabalhistas cujo prognóstico foi classificado como sendo de perda provável e possível, conforme apresentamos a seguir.

	31/12/2024	31/12/2023
Processos Prováveis (Contabilizados)		
Contingências cíveis	143.033,26	229.779,81
	143.033,26	**229.779,81**
Processos Prováveis (Não Contabilizados)		
Contingências cíveis	630.686,78	424.467,66
Contingências trabalhistas	7.259,70	-
	637.946,48	**424.467,66**
Processos Possíveis		
Contingências cíveis	876.485,00	834.125,00
Contingências trabalhistas	1.039.355,92	913.412,79
	1.915.840,92	**1.747.537,79**

As ações que possuem prognóstico de perda provável, estão provisionadas na contabilidade na data base de 31/12/2024, exceto o valor de R$ 637.946,70, que a administração optou por não provisionar até a data de fechamento das demonstrações financeiras.

As ações cujo prognóstico é possível perda, serão confirmadas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade, neste caso, conforme determina a NBC TG 1000 (R1) Seção 21, não é requerido o registro passivo dos valores envolvidos.

A administração contratou um novo escritório de advocacia especializado para assumir a gestão dos processos cíveis e trabalhistas. Atualmente, o escritório está realizando um levantamento detalhado dos andamentos processuais e conduzindo uma análise aprofundada de cada caso. Com base nesses estudos, a administração espera que, para parte dos processos em andamento, haja uma redução nos valores estimados de perdas prováveis ou até mesmo a possibilidade de êxito nas ações, o que resultaria na diminuição dos gastos com o pagamento de acordos ou condenações judiciais.

19) Patrimônio líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social	6.292.765,12	7.890.100,24
Superávit (Déficit) do exercício	936.100,71	(1.597.335,11)
	7.172.691,08	**6.292.765,13**

O Patrimônio Liquido está apresentado em valores originais e compreende o Patrimonio Social, acrescido do resultado do exercicio (superávit ou déficit) ocorrido em exercícios anteriores.

No exercicio de 2024, foi realizado lançamento referente ajuste de exercícios anteriores no valor líquido negativo de R$ 642.155,27 (R$ 303.792,76 negativo no exercício de 2023), referente a ajustes de saldos em diversas contas do balanço, tais como: contas a receber, estoques, adiantamentos, outros ativos, imobilizado, fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações sociais e trabalhistas, subvenções governamentais e receitas diferidas ou a apropriar.

Resultado do exercício – Incorporação ao Patrimônio Social

O Déficit do exercício de 2022, no valor de R$ 3.201.085,17 acrescidos dos Ajuste de exercício anterior de R$ 61.824,39, totalizando o valor de R$ 3.262.909,56, foi absorvido ao patrimônio social durante o exercício de 2023, após a Assembleia Geral ocorrida em 30/03/2023 que aprovou as demonstrações financeiras.

O Déficit do exercício de 2023, no valor de R$ 1.293.542,35 acrescidos dos Ajuste de exercício anterior de R$ 303.792,76, totalizando o valor de R$ 1.597.335,76, foi absorvido ao patrimônio social durante o exercício de 2024, após a Assembleia Geral ocorrida em 26/04/2024 que aprovou as demonstrações financeiras.

O superávit do exercicio de 2024 , foi no valor de R$ 1.407.657,75.

20) Receita de Serviços

A seguir apresentamos a composição das receitas de serviços:

	31/12/2024	31/12/2023
Particular		
Diárias de interação	716.298,24	603.000,26
Taxas particular, ambulatorial, prontuário e outros	619.026,61	381.812,38
Procedimentos clínicos e cirúrgicos	923.150,12	957.321,50
Exames tomografia, ultrasson, laboratório e outros	2.000.053,27	1.759.073,60
Material, medicamentos, órtese e protese	700.791,50	549.183,33
Taxa de consultório e procedimentos especialidades	225.803,00	161.711,00
Outras receitas particulares	60.434,91	54.447,60
(-) Deduções e descontos	(129.545,87)	(125.315,23)
	5.116.011,78	**4.341.234,44**

Continua

Continuação		
SUS		
Ambulatorial	2.197.379,76	2.089.247,06
Internamento	1.519.984,18	1.766.087,44
Tomografia, densitometria e ressonância	375.818,21	325.865,21
Incentivos federais e rstaduais	7.133.720,57	6.373.463,64
Outras receiras SUS	-	76.771,50
(-) Deduções e descontos	(267.060,54)	(444.002,10)
	10.959.842,18	**10.187.432,75**
Convênios (Plano de Saúde)		
Diárias de internação	848.505,60	242.974,57
Taxas particular, ambulatorial, prontuário e outros	277.154,70	225.530,07
Exames tomografia, ultrasson, laboratório e outros	771.430,87	618.069,30
Material, medicamentos, órtese e protese	808.610,50	848.286,96
Taxa de consultório e procedimentos especialidades	93.039,62	63.702,56
Outras receitas particulares	124.018,10	74.538,18
(-) Deduções e descontos	(138.037,78)	(187.364,63)
	2.784.721,61	**1.885.737,01**
Incentivos Municipais		
Convênio pronto atendimento com prefeituras	4.768.845,76	4.788.283,32
Complementação convênio prefeituras	682.479,66	940.875,52
	5.451.325,42	**5.729.158,84**
Tapcard		
Mensalidades	3.638.543,40	3.638.811,38
Atendimentos	1.070.143,06	772.605,14
Outras receitas	490.488,63	6.878,95
	5.199.175,09	**4.418.295,47**
HSACard		
Mensalidades	37.748,00	-
Atendimentos	104.909,42	-
	142.657,42	**-**
Venda		
Venda de medicamentos farmacia externa	966.770,58	1.036.123,46
(-) ICMS sobre vendas	(20.806,93)	(22.609,74)
	945.963,65	**1.013.513,72**
Receita Líquida das Atividades - Serviços	**30.599.697,15**	**27.575.372,23**

Da aplicação de recursos em assistência à saúde – Faturamento

A Entidade no atendimento a seus objetivos e em conformidade a Lei 12.101 de 27/11/2009 Art. 4°, ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento). A quantidade de atendimentos ambulatoriais e internações de paciente/dia ao SUS no ano de 2024 e 2023, conforme novos parâmetros adotados pela Portaria do Ministério da Saúde N° 1970, de 16 de agosto de 2011, cumpre o mínimo exigido pela legislação em vigor, conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Internações		
Total atendimentos dia SUS	7.648	8.485
Total atendimentos dia não SUS	7.710	7.141
Soma das internações - No ano	15.358	15.626
% Internações SUS	**49,80%**	**54,30%**
Ambulatorial		
Total atendimentos dia SUS	238.170	41.144
Total atendimentos dia não SUS	15.825	6.875
Soma dos atendimentos ambulatoriais no ano	253.995	48.019
% Atendimentos Ambulatoriais SUS (*)	**10,00%**	**10,00%**
Outras Ações		
Atenção obstetrica e neonatal	1,50%	1,50%
Atenção a urgências e emergências	1,50%	1,50%
Atendimentos voltados aos usuários de alcool, crack e outras drogas	1,50%	1,50%
% Total de Atendimentos a Pacientes pelo SUS	**64,30%**	**68,80%**

(*) Os atendimentos ambulatoriais realizados pelo SUS no ano de 2024 foi de 93,77% em relação aos atendimentos particulares ou por convênios, porem para fins de comprimento do % mínimo conforme a lei, a Entidade utiliza 10%.

Informamos que, a partir do ano de 2024, definiu-se que nos atendimentos denominados "ambulatoriais SUS e NÃO SUS", foram considerados todos os atendimentos ambulatoriais, inclusive de pacientes oriundos do Centro de Diagnóstico, o qual chamamos de atendimentos "externos". Nos anos anteriores na categoria ambulatorial, considerava-se somente pacientes que realizavam procedimentos ambulatoriais e atendimentos de consultas/urgência e emergência. Dessa forma, a mudança de critério para apresentação, resultou em aumentos significativamente nas quantidades apresentadas no ano de 2024 em comparação com o ano de 2023.

21) Receita de Subvenções

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Subvenções			
Subvenções - Imobilizado	21.1	343.400,65	321.476,95
Subvenções - Custeio	21.2	3.793.689,25	2.474.895,66
Piso da enfermagem	21.3	1.417.164,18	834.993,16
Receita de portarias	21.4	1.182.307,67	-
		6.736.561,75	**3.631.365,77**

21.1 Subvenções – Imobilizado - Conforme mencionado na nota 17, essas receitas são apropriadas à medida em que os ativos imobilizados com restrição são depreciados, dessa maneira as receitas e despesas de depreciação são registradas no resultado em montantes equivalentes, respeitando o regime de competência, conforme determina as normas contábeis.

21.2 Subvenções – Custeio - Conforme mencionado na nota 16, essas receitas são apropriadas à medida em que os recursos são utilizados conforme determina as portarias e convênios.

21.3 Piso da enfermagem - A Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, instituiu o Piso Nacional da Enfermagem, para enfermeiras(os), técnicas(os), auxiliares de enfermagem e parteiras. A partir do mês de setembro de 2023 com efeitos retroativos à junho, a Entidade passou a receber recursos do Governo para complemento do piso salarial desses profissionais, dessa maneira esses recursos são registrados como receitas e despesas nas competências das respectivas folhas de pagamento.

21.4 Receita portarias – As receitas oriundas de repasses de portarias no exercício de 2024 foram: Portaria 301/2024 (Retaguarda de Desastres); Portaria 4078/2024 (Incremento Temporário); Portaria 4306/2024 (Leitos Calamidade); Portaria 4779/2024 (Enfrentamento das Enchentes 2024); Portaria 5767/2024 (Incentivo Financeiro aos Hospitais Filantrópicos), totalizando o valor de R$ 1.182.307,67.

22) Custos dos serviços prestados

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e medicamentos			
Antibióticos e medicamentos controlados	-	(420.500,70)	(425.988,10)
Soros	-	(287.165,76)	(326.811,60)
Despesas com OPME	-	(506.285,12)	(356.874,34)
Material de uso no paciente - reembolsável	-	(891.525,85)	(824.759,68)
Drogas e medicamentos	-	(563.933,21)	(559.125,62)
Outros materiais e medicamentos	-	(297.807,00)	(286.391,85)
		(2.967.217,64)	**(2.779.951,19)**
Despesas com Pessoal			
Salários, encargos trabalhistas e outros	-	(13.139.572,81)	(12.633.823,98)
Salário - Piso enfermagem	21.3	(1.417.164,18)	(834.993,16)
		(14.556.736,99)	**(13.468.817,14)**
Serviços de Terceiros			
Serviço de processamento de dados	-	(408.302,61)	(413.976,48)
Serviços de manutenção de máquinas e equipamentos.	-	(271.194,04)	(148.791,15)
Serviços laboratórios de terceiros - PJ	-	(437.588,48)	(373.755,36)
Serviços de qualificação radiológica- PJ	-	(120.957,02)	(631.920,47)
Serviços de vigilância e monitoramento	-	(444.073,70)	(321.633,20)
Prestação de serviços de administração hospitalar	-	(264.128,68)	(104.318,80)
Outros serviços	-	(680.011,87)	(371.767,73)
		(2.626.256,40)	**(2.366.163,19)**
Repasse serviços médicos - Pessoa Jurídica			
Serviços médicos pronto atendimento- PJ	-	(6.654.339,21)	(3.191.729,38)
Serviços médicos SUS por AIH - PJ	-	(165.543,39)	(1.369.490,49)
Serviços de anestesiologia- PJ	-	-	(606.861,00)
Repasses em outras especialidades, planos, consultas e outros	-	(3.005.049,72)	(2.719.832,28)
		(9.824.932,32)	**(7.887.913,15)**
Repasse serviços médicos - Pessoa Física			
Serviços médicos pronto atendimento- PF	-	(435.413,15)	(595.858,39)
Repasses para autônomos RPA outras especialidades e outros	-	(86.527,36)	(263.393,44)
		(521.940,51)	**(859.251,83)**
CMV - Farmácia externa			
Medicamentos e materiais da farmácia externa	-	(645.609,93)	(760.095,87)
		(645.609,93)	**(760.095,87)**
		(31.142.693,79)	**(28.122.192,37)**

Os custos dos serviços prestados estão representados por gastos com honorários profissionais, despesas com folha de pagamento de todos os (colaboradores ou empregado) que prestam serviço com vínculo empregatício e outros custos gerais que são essenciais para o pleno funcionamento das operações da Entidade, que é a prestação de serviços médicos.

23) Receitas e Custo com Isenções Usufruídas

	31/12/2024	31/12/2023
Receita		
INSS estimado cota patronal	2.679.433,50	2.531.579,62
	2.679.433,50	**2.531.579,62**
Custos		
Custo da isenção usufruída em cota patronal	(2.679.433,50)	(2.531.579,62)
	(2.679.433,50)	**(2.531.579,62)**

A Entidade está isenta do pagamento da quota previdenciária patronal (INSS), por atender as disposições da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009. Tais isenções foram contabilizadas como se devidas fossem, e estimadas no montante a seguir demonstrado:

	2024			2023		
	Base	Alíquotas	Contribuição	Base	Alíquotas	Contribuição
Empregados CLT						
Salários de janeiro a dezembro	12.807.006,67	20%	2.574.468,82	10.145.642,48	23%	2.333.497,77
Autônomos						
Remuneração de janeiro a dezembro	524.823,36	20%	104.964,67	1.100.454,72	18%	198.081,85
Total			**2.679.433,50**			**2.531.579,62**

24) Despesas Gerais e Administrativas

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais e Administrativa			
Materiais e manutenção de imóveis	-	(34.080,07)	(83.516,97)
Materiais e manutenções de máquinas, equipamentos e veículos	-	(93.904,01)	(65.310,76)
Aperfeiçoamento no recursos humanos	-	(93.127,64)	(45.385,76)
Despesas diversas	-	(204.900,88)	(697.251,62)
		(426.012,60)	**(891.465,11)**
Despesas Gerais			
Água, luz e telefone	-	(627.236,13)	(556.680,54)
Seguro veícular e predial.	-	(29.849,16)	(19.436,86)
Outras despesas gerais	-	4.593,80	-
		(652.491,49)	**(576.117,40)**
Depreciação			
Depreciação e amortização - Bens sem restrição	-	(1.112.168,19)	(1.059.829,40)
Depreciação e amortização - Bens com restrição	21.1	(343.400,65)	(321.476,95)
		(1.455.568,84)	**(1.381.306,35)**
Materiais de consumo do estoque			
Generos alimenticios		(548.067,86)	(536.494,91)
Material de expediente, higiene e limpeza	-	(408.365,56)	(407.006,90)
Material de consumo, laboratório, radiologia e agência transfusional	-	(618.471,49)	(377.838,23)
Produtos químicos de lavanderia	-	(107.625,00)	(125.546,87)
Outros consumos de materiais	-	(173.963,59)	(176.189,46)
		(1.856.493,50)	**(1.623.076,37)**
Despesas com implantação de sistema			
Consultoria, inclusive viagens e estadias	-	(41.661,00)	(15.481,28)
Despesas com Infraestrutura	-	(94.915,79)	(66.879,06)
Mensalidade - Sistema e infraestrutura	-	(25.809,52)	(49.523,03)
		(162.386,31)	**(131.883,37)**
Farmácia externa e outras			
Serviços de processamento de dados - Farmácia externa	-	(12.460,21)	(13.480,28)
(-) ICMS S/ compras	-	9.009,94	9.715,48
Perdas de materiais e medicamentos - Farmácia externa	-	-	(394,12)
		(3.450,27)	**(4.158,92)**
		(4.556.403,01)	**(4.608.007,52)**

25) Resultado Financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Descontos obtidos	272,90	3.713,48
Juros ativos	4.074,80	10.223,04
Receitas de aplicações financeiras	3.854,19	107.814,65
Outras receitas financeiras	174,40	-
	8.376,29	**121.751,17**
Despesas Financeiras		
Juros e multas de mora	(1.749,15)	(12.227,75)
Despesas bancárias	(34.764,00)	(30.684,17)
Taxa cartão de crédito	(11.266,28)	(11.575,37)
IR e IOF sobre aplicações	(10.751,01)	-
Juros sobre empréstimos	(290.427,87)	(200.304,64)
Perdas de capital	-	(647,00)
Outras despesas financeiras	(1.472,32)	-
	(350.430,63)	**(255.438,93)**
Resultado Financeiro Líquido	**(342.054,34)**	**(133.687,76)**

26) Seguros Contratados

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pela Administração da Entidade em função do valor de mercado ou do valor novo do bem segurado, conforme o caso. As premissas relativas à contratação dos seguros não fazem parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

	Valor Segurado (Cobertura)	
	2024	2023
Modalidade		
Prédio, máquinas e equipamentos diversos	30.000.000,00	30.000.000,00
Vaículos: Seguro total (*)	200.000,00	100.000,00
Seguro funcionários	13.200.000,00	55.500,00
Total	**43.400.000,00**	**30.155.500,00**

(*) Tabela Fipe 100% e com dados materiais e corporais de R$ 200.000,00

Continua

Continuação

27) Ônus, Avais e Garantias

A Entidade não é garantidora ou avalista junto a instituições financeiras em benefício de outras Sociedades.

28) Relação dos Tributos Objeto de Renúncia Fiscal

O Hospital Santo Antônio é uma Entidade sem fins lucrativos ou econômicos. Conforme estatuto, tem por finalidade: a) promover assistência à saúde preventiva e curativa; b) promover a integrarão de grupos e indivíduos excluídos - infância, adolescência, juventude, velhice e aos necessitados em geral - para que desenvolvam a cidadania e possam ter acesso aos direitos sociais; c) fortalecer os vínculos familiares, zelando pela qualidade de vida dos beneficiários e pelo fortalecimento dos valores éticos e morais; d) estimular atividades de pesquisa cientifico-cultural na área da Saúde; e) servir de ensino, instrução e estagio na área da saúde; f) promover a ecologia.

A Entidade é regida pelas normas do seu Estatuto Social e legislação civil. Conforme disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Diante destes fatos, o IRPJ, CSLL, PIS e a COFINS assim como o INSS patronal conforme mencionado na nota 23, formam a relação de tributos objeto de renúncia fiscal exigida pelo item 27 – C da Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1), de 21 de agosto de 2015.

Tapejara (RS), 12 de março de 2025.

Rogério Zimmermann Doering Presidente	Josué Girardi Tesoureiro	Frederico Borgmann de B. de Almeida CRC 101.123/0 RS Contador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Hospital Santo Antônio, com sede nesta cidade de Tapejara/RS, sito à Rua Tranquilo Basso, nº 270, conforme o Art. 49, b, do Estatuto Social, examinamos os relatórios da Diretoria, relativos ao exercício de 2024, tomando por base livros, documentos, Balanço Patrimonial, Demontração de Superávit ou Déficit do exercício e outras demonstrações, encontramos tudo na mais perfeita ordem, razão pela qual recomendamos a aprovação da Assembleia Geral.

Tapejara, 26 de março de 2025.

Sérgio Zanatta
CPF 342.380.420-34

Leonardo Frigeri
CPF 006.871.290-10

Jair Antônio Biazus
CPF 585.642.920-68

Escolinha de Vôlei de Água Santa inicia atividades com vagas abertas para novos alunos

O projeto é uma parceria entre a Administração Municipal e a Escola de Voleibol Impulso

Foto - Prefeitura de Água Santa

A Escolinha tem como objetivo promover o desenvolvimento esportivo dos participantes

Teve início nesta segunda-feira, 31 de março, a Escolinha de Vôlei de Água Santa, uma iniciativa que promete incentivar a prática esportiva entre crianças e adolescentes do município. O projeto é uma parceria entre a Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Desporto, Juventude e Turismo, e a Escola de Voleibol Impulso.

A Escolinha tem como objetivo promover o desenvolvimento esportivo dos participantes, proporcionando entrosamento, aprendizado e novas descobertas dentro da modalidade. As aulas acontecem todas as segundas-feiras, no turno inverso ao escolar, garantindo que os alunos possam conciliar os estudos com a prática do vôlei.

O Secretário de Desporto, Diordani Santini Araldi, destacou que ainda restam algumas vagas disponíveis para interessados em ingressar na Escolinha. Para efetuar a inscrição, basta retirar a ficha junto ao Ginásio e garantir a participação no projeto.

Além disso, Diordani ressaltou que, ao longo do ano, a Secretaria de Esportes seguirá promovendo novas oportunidades esportivas no município, visando ampliar o acesso às práticas esportivas e incentivar a formação de novos talentos.

Para mais informações, os interessados podem procurar a Secretaria Municipal de Desporto, Juventude e Turismo.

CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA SANTA

Câmara Municipal realiza sessão ordinária com aprovação de projetos e indicações

Foram discutidos e votados projetos e indicações de interesse da comunidade

No dia 31 de março de 2025, a Câmara Municipal de Vereadores de Água Santa realizou mais uma sessão ordinária, na qual foram discutidos e votados projetos e indicações de interesse da comunidade.

Entre os destaques, o **Projeto de Lei n° 020/2025,** que altera o Anexo Único da Lei n° 1876/24 sobre a contribuição suplementar para equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Água Santa, foi colocado em pauta para análise e votação na próxima sessão.

Já o **Projeto de Lei n° 021/2025,** que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Fomento com o Piquete de Laçadores Pai João de Água Santa para a realização do 12º Torneio Intermunicipal de Laço, foi aprovado por unanimidade. O evento ocorrerá nos dias 19 e 20 de abril, no Parque Municipal de Eventos, e contará com um repasse de R$ 30.000,00 para sua execução. A entidade organizadora deverá prestar contas no prazo de 60 dias após o término da parceria.

Além dos projetos de lei, diversas indicações foram discutidas e aprovadas, destacando-se:

· **Indicação Nº 015/2025:** Propõe que campeonatos de futebol de campo e futebol de salão recebam nomes de personalidades que marcaram a história do esporte no município.

· **Indicação Nº 016/2025:** Sugere que o Poder Executivo estude a possibilidade de auxiliar jovens atletas que necessitam de transporte para viagens esportivas a outros municípios.

Foto - Câmara de Vereadores de Água Santa

A sessão ordinária reforçou o compromisso do Legislativo Municipal com o desenvolvimento da cidade

· **Indicação Nº 017/2025:** Requer que o Poder Executivo corrija o problema de escoamento na Rua Padre Júlio Marin, próximo à Lavagem Melara e à residência da Sra. Lore Prado.

· **Indicação Nº 018/2025:** Propõe a disponibilização de transporte para alunos do Colégio Tiradentes de Passo Fundo, sendo essa indicação colocada em pauta para análise e votação na próxima sessão.

Coxilha promove a 4ª Feira do Peixe com programação variada

O evento já faz parte do calendário local e busca fomentar a economia e a cultura regional

A cidade de Coxilha se prepara para sediar a 4ª edição da Feira do Peixe, que acontece nos dias 16, 17 e 18 de abril. O evento já faz parte do calendário local e busca fomentar a economia e a cultura regional.

O prefeito João Manica e o chefe de gabinete Douglas Zilio estiveram em Porto Alegre para entregar convites oficiais do evento a autoridades estaduais e federais. Além disso, a secretária do Meio Ambiente, Regina Salete Hahn, e o diretor de articulação intersetorial, Erico Borges, percorreram cidades da região para divulgar a feira e convidar o público.

A programação inclui a comercialização de peixes frescos, o tradicional Almoço do Peixe, oficinas e apresentações culturais. O Secretário de Planejamento, Cleber Dorneles, também participa da mobilização para atrair visitantes e fortalecer o evento.

A Feira do Peixe tem impacto econômico e social para a região, movimentando produtores, comerciantes e o setor turístico. A expectativa é de boa adesão do público e que o evento contribua para a valorização da piscicultura local.

A Feira acontece nos dias 16, 17 e 18 de abril, com entrada gratuita. Durante os três dias, o público poderá aproveitar a venda de peixes frescos, como carpas e tilápias, além de participar de oficinas culinárias promovidas pela Emater. O tradicional Almoço do Peixe será realizado no dia 17, com pratos variados à base de pescado.

Para o entretenimento, a programação inclui shows musicais, brinquedos infláveis para crianças e a chegada do Coelhinho da Páscoa, acompanhada por um Robô de LED. Entre as atrações musicais, estão confirmados Wilceu Pause e Banda, Fernando e Banda e a Banda Sangue Latino.

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÇÁ

Demonstrativo das Receitas Recebidas - Determinação Lei n° 9.452/97

Competência - MARÇO/2025

Data	Nome	Valor R$
06/03/2025	PISO ENFERMAGEM	1.011,40
06/03/2025	PNAE-MERENDA ESCOLAR	3.549,00
06/03/2025	FUNDEB	54.217,09
11/03/2025	FPM	440.474,23
11/03/2025	ITR	293,81
11/03/2025	FUNDEB	29.762,03
12/03/2025	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.515,66
12/03/2025	AGENTE DE ENDEMIAS	3.036,00
12/03/2025	VIGILANCIA EM SAUDE	898,99
12/03/2025	FUNDEB	12.253,00
13/03/2025	PNAE-MERENDA ESCOLAR	3.814,00
17/03/2025	PACS	18.216,00
17/03/2025	SAÚDE BUCAL	17.100,75
17/03/2025	INC FINANC DA APS-ESF E EAP	24.000,00
17/03/2025	INC COMPENSATÓRIO DE TRANSIÇÃO	8.641,30
17/03/2025	FARMÁCIA BÁSICA	2.753,93
18/03/2025	FUNDEB	125.429,37
20/03/2025	FPM	94.394,14
20/03/2025	ITR	126,98
20/03/2025	FUNDEB	6.702,76
25/03/2025	SALÁRIO EDUCAÇÃO	19.594,17
25/03/2025	FUNDEB	13.831,04
31/03/2025	FPM	449.503,40
31/03/2025	FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	30.550,35
31/03/2025	INCREMENTO ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	100.000,00
31/03/2025	PNATE	3.861,30
31/03/2025	FUNDEB - VAAR	15.136,23
31/03/2025	MDS BOLSA FAMÍLIA	3.610,00
31/03/2025	TRANS OBRIGATÓRIA LC 176/2020	4.903,96
31/03/2025	FUNDEB	29.124,71

CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA CECÍLIA DO SUL

Câmara analisa e aprova importantes matérias na sessão ordinária

Na sessão ordinária realizada em 31 de março, a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cecília do Sul analisou e aprovou diversas matérias de interesse da comunidade.

Entre as indicações verbais, o vereador Daniel sugeriu que fosse estudada a possibilidade de doação de um cortador de grama autônomo para comunidades com campos de futebol ou, alternativamente, a aquisição de um novo equipamento para essa finalidade. Já o vereador Ademir solicitou apoio ao time de futebol da Baixada para viabilizar sua participação em novos campeonatos.

Duas indicações escritas também foram apreciadas e aprovadas por unanimidade. A vereadora Rubia propôs que a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente estude a viabilidade de realizar fumigação em bocas de lobo na zona urbana. Além disso, as vereadoras Rubia, Marivania e Larissa apresentaram uma indicação solicitando a construção de um playground com grama sintética na parte externa da escola, proporcionando um espaço adequado para a recreação das crianças.

Dois projetos de lei foram discutidos e igualmente aprovados por unanimidade. O Projeto de Lei nº 18/2025 denominou o Cemitério Municipal de João Guerra. Já o Projeto de Lei nº 19/2025 alterou a data do feriado municipal para o ano de 2025.

A sessão reforçou o compromisso do Legislativo com o bem-estar da população, aprovando medidas que visam melhorias na infraestrutura, no lazer e na qualidade de vida dos moradores.

Foto -Câmara de Vereadores de Santa Cecília do Sul

A sessão ocorreu no Plenário Ari Rampazzo

MUXFELDT, MARIN & CIA. LTDA

CNPJ: 97.578.090/0001-34 - Inscrição Estadual: 138/0018320
Rua do Comércio, 1420 - Centro
Fone: (54) 3344-1277- Fax: (54) 3344-1081
E-mail: mux@muxenergia.com.br
Site: www.muxenergia.com.br
CEP: 99.950-000 - Tapejara - Rio Grande do Sul

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 2024

Senhores Quotistas,

A Administração da Muxfeldt Marin & Cia Ltda. – Mux Energia, submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis da Empresa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Os demonstrativos refletem os atos e operações da Empresa bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. A documentação relativa à prestação de contas encontra-se à disposição dos Senhores Quotistas, bem como estamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perfil

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica. No segmento geração, possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2024 foi de 3,785 MWh. A Mux é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá, localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul. Atualmente conta com 12.987 unidades consumidoras, área de concessão de 15,34 Km², e 26 colaboradores. Dispõe de uma estrutura de 210,63 km de rede de distribuição primária e secundária. Com sede em Tapejara - RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 64 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

Contexto Setorial

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O fornecimento de energia elétrica da Mux Energia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo, elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WACC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quinto ciclo da revisão tarifária da Mux Energia ocorreu em julho de 2022, sendo que o 6º CRTP ocorrerá 05 anos após esta data. A metodologia aplicada à quarta revisão tarifária periódica das concessionárias está definida nos Módulos 2 e 7 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que tratam do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

Reajuste/Revisão Tarifária 2024

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.373 de 20 de agosto de 2024 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da MUX Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -1,61% (menos um vírgula sessenta e um por cento).

Desempenho Operacional

O balanço energético apresentado a seguir reflete a demanda de energia necessária para o atendimento do sistema de distribuição de energia elétrica em 2024. No período, a energia requerida pelo sistema totalizou 90.547 MWh, representando um aumento de 7,27% em relação ao ano de 2023.

Deste total, a geração própria correspondeu a 4,18% da energia requerida e 7,13% do mercado próprio da Mux Energia. O suprimento destinado ao mercado próprio representou 48,42% da energia requerida pelo sistema de distribuição, atendendo 82,65% da demanda do mercado próprio da Mux Energia. Já a micro e minigeração distribuída contribuiu com 10,21% do mercado próprio e 5,98% do total da energia requerida pelo sistema.

Em comparação com 2023, verificou-se uma redução de 9,06% na energia faturada, um aumento de 39,20% na energia circulante para consumidores livres e um crescimento de 13,64% na energia injetada pela geração distribuída. Esses fatores estão diretamente relacionados à intensificação da migração de consumidores para o mercado livre e à expansão da geração distribuída.

No que tange à demanda máxima, registrou-se um patamar de 22 MW em 2024, frente aos 17 MW de 2023, evidenciando um incremento expressivo de 29,42%. A empresa já está estudando um novo alimentador que irá permitir a redistribuição de cargas, garantindo a eficiência operacional, atendendo a esse crescente aumento de demanda do sistema de distribuição.

Balanço Energético em MWh									Taxa de Crescimento %		
	2024	Part.%	2023	Part.%	2022	Part.%	2021	Part.%	2024/2023	2023/2022	2022/2021
Suprimento - Mercado Próprio	43.844	82,65%	50.128	87,24%	61.385	89,62%	63.726	91,92%	-12,54%	-18,34%	-3,67%
Geração Própria - Usina Avante	3.785	7,13%	2.568	4,47%	4.519	6,60%	4.363	6,29%	47,38%	-43,17%	3,56%
Micro e Mini Geração Distribuída	5.417	10,21%	4.767	8,30%	2.588	3,78%	1.242	1,79%	13,64%	84,16%	108,42%
Total Energia Requerida Mercado MUX	**53.046**	**100,00%**	**57.463**	**100,00%**	**68.492**	**100,00%**	**69.332**	**100,00%**	**-7,69%**	**-16,10%**	**-1,21%**
Fornecimento Energia Faturada	47.288	52,22%	51.998	61,61%	63.519	77,77%	64.490	79,60%	-9,06%	-18,14%	-1,51%
Consumidor Livre	37.501	41,42%	26.941	31,92%	13.182	16,14%	11.689	14,43%	39,20%	104,38%	12,77%
Perdas e diferenças de Energia	5.758	6,36%	5.465	6,47%	4.973	6,09%	4.842	5,98%	5,37%	9,89%	2,72%
Total de Energia Injetada	**90.547**	**100,00%**	**84.404**	**100,00%**	**81.674**	**100,00%**	**81.020**	**100,00%**	**7,28%**	**3,34%**	**0,81%**

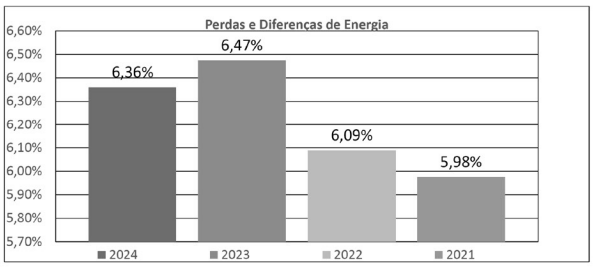
Perdas

O índice de perdas do sistema é calculado com base na razão entre a diferença da energia total injetada e a energia medida dos consumidores (cativos e livres) pelo total da energia requerida pelo sistema de distribuição, conforme a seguinte equação:

$$Perdas\% = \frac{(EnergiaRequeridaTotal - (ConsumoCativo + ConsumoLivre))}{EnergiaRequeridaTotal} \cdot 100$$

Nos últimos anos, as perdas no sistema da Mux Energia mantiveram-se em patamares estáveis, ainda que com leve tendência de crescimento, impulsionada pelo aumento da potência e energia requerida pelo sistema. Entretanto, os níveis de perdas permanecem dentro de um intervalo considerado baixo quando comparados à média do sistema elétrico brasileiro.

A Mux Energia adota uma política contínua de monitoramento e mitigação das perdas, por meio de investimentos e aprimoramentos técnicos.



Distribuição de Energia Elétrica

A distribuição de energia na área de concessão da Mux Energia no ano de 2024, foi de 84.789 MWh (78.939 MWh em 2023).

Dentre os consumidores cativos, a classe de consumo com maior relevância é a residencial que representa 30,32% do total do faturamento. E nos consumidores livres há uma ascendência na opção por esta modalidade que já representa 44,23% do total do faturamento. Além da entrada da classe comercial nesta modalidade, no ano de 2024, representando 0,37% do total do faturamento.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Consumidor	2024 (MWh)	Part %	2023 (MWh)	Part %	Taxa Crescimento %	
					2024/2023	2023/2022
Residencial	25.704	30,32	23.594	29,89	8,94	4,65
Industrial	2.058	2,43	10.191	12,91	-79,80	-53,51
Comercial	14.036	16,55	13.011	16,48	7,88	5,62
Rural	241	0,28	171	0,22	40,52	2,80
Poder Público	1.347	1,59	1.216	1,54	10,77	4,84
Iluminação Pública	1.564	1,84	1.690	2,14	-7,46	-49,83
Serviço Público	2.311	2,73	2.099	2,66	10,10	4,45
Consumo Próprio	26	0,03	25	0,03	2,04	-5,63
Consumidor Livre - Industrial	37.191	43,86	26.941	34,13	38,05	104,38
Consumidor Livre - Comercial	311	0,37	0	0,00	100,00	0,00
Total	**84.789**	**100,00**	**78.939**	**100,00**	**7,41**	**2,92**

Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da Mux Energia no ano de 2024 atingiu 12.987 consumidores, um crescimento de 1,57% em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 201 unidades consumidoras, destas 152 são residenciais. Destaca-se o aumento dos consumidores livres na classe Comercial, sendo que no ano anterior, eram somente na classe Industrial, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Consumidor	2024	Part %	2023	Part %	Acréscimo	Taxa Crescimento %	
						2024/2023	2023/2022
Residencial	10.942	84,25	10.790	84,39	152	1,41	1,29
Industrial	59	0,45	60	0,47	-1	-1,67	-6,25
Comercial	1.841	14,18	1.804	14,11	37	2,05	2,15
Rural	13	0,10	14	0,11	-1	-7,14	0,00
Poder Público	93	0,72	86	0,67	7	8,14	4,88
Iluminação Pública	5	0,04	5	0,04	0	0,00	0,00
Serviço Público	22	0,17	19	0,15	3	15,79	0,00
Consumo Próprio	4	0,03	4	0,03	0	0,00	0,00
Consumidor Livre - Industrial	4	0,03	4	0,03	0	0,00	33,33
Consumidor Livre - Comercial	4	0,03	0	0,00	4	100,00	0,00
Total	**12.987**	**100,00**	**12.786**	**100,00**	**201**	**1,57**	**1,40**

Qualidade do Fornecimento

Os indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica de maior relevância são os indicadores de continuidade do fornecimento, denominados DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST) que além da metodologia de cálculo, determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia elétrica e seu restabelecimento, o qual registrou 38 minutos em 2024. A evolução destes indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2022		2023		2024	
	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado
DEC (horas)	9	1,47	9	3,35	8	1,57
FEC (nº vezes)	7	0,98	7	3,20	6	2,57
TMA (minutos)	-	31	-	34	-	38

* Não existe limite definido pela ANEEL para o indicador TMA.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2024 o lucro líquido foi de R$ 2.160 mil, comparado com o de 2023 R$ 1.277 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R$ 33.693 mil, e em 2023 ficou em R$ 31.362 mil.

EBITDA

O EBITDA, Lucro do Serviço - DRE, adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R$ 2.530 mil em 2024 e R$ 1.294 mil em 2023 representando um aumento de 95,52%.

Investimentos

Infraestrutura da Concessão

O maior incremento de investimentos realizados pela Empresa em 2024 foi Obras de Distribuição de energia elétrica que representaram R$ 1.644 e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento. Na Usina os investimentos representaram R$ 423 mil. Demais investimentos foram em Instalações gerais. Ressalte-se ainda que os investimentos efetuados contaram com a participação financeira de consumidores e do poder público em obras de infraestrutura de loteamentos e na utilização de recursos financeiros do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), na execução de projeto que resultou em bens tangíveis e intangíveis que foram acrescidos à infraestrutura da Concessionária.

Investimentos	2024	%	2023	%	2022	%
Obras de Geração	423	19,97	120	9,27	9	0,75
Obras de Distribuição	1.644	77,62	1.167	90,19	1.188	98,84
Instalações gerais	51	2,41	7	0,53	5	0,42
Total dos Investimentos	**2.118**	**100,00**	**1.294**	**100,00**	**1.202**	**100,00**
Origem dos Recursos	**2024**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Recursos Próprios	974	45,99	774	59,81	1.065	88,38
Clientes	1.144	54,01	520	40,19	140	11,62
Total dos Recursos	**2.118**	**100,00**	**1.294**	**100,00**	**1.205**	**100,00**

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa Desenvolvimento e Inovação

De acordo com a legislação setorial a Mux Energia destina 1% da sua receita líquida operacional – ROL, para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte em melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

No exercício de 2024, a Mux Energia creditou aos sócios a título de juros sobre o capital próprio o montante de R$ 706 mil (R$ 830 mil em 2023), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Mux Energia era de R$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos Quotistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma Empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração

Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux Energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da Empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a Empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela Qualidade Total

A Mux Energia possui o Certificado de Registro nº 61470 emitido pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations. Em 2024 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é "Projeto e distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas a tensão em regime permanente, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, das informações do cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida, bem como o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de ouvidoria." Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da Mux Energia em outubro de 2024.

Pelo 9º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio ANEEL de Qualidade, é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. Foram feitas 29.474 entrevistas em 103 distribuidoras, realizadas em 639 municípios.

As Empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Os resultados do Prêmio são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

A Empresa recebeu também o Selo Ouro no Prêmio ANEEL de Ouvidorias categoria Pequeno Porte (até 100 mil unidades consumidoras), nos anos de 2017, 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023 e Selo Prata no ano de 2019, premiação concedida pela ANEEL para as ouvidorias das distribuidoras que possuem as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na ANEEL.

Responsabilidade Social

Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de Empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Mensagem de Agradecimento

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Empresa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara – RS, 20 de março de 2025.

Alexandre Zanini
Diretor Presidente
CPF - 234.351.190-04

BALANÇO SOCIAL
em 31 de dezembro de — Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais					
	2024			2023		
1. Base de Cálculo						
Receita Líquida(**RL**)	33.693			31.362		
Lucro Operacional(**RO**)	2.565			1.254		
Folha de Pagamento Bruta (**FPB**)	3.128			3.297		
2. Indicadores Sociais Internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Encargos Sociais	833	26,63	2,47	794	24,08	2,53
Alimentação	173	5,53	0,51	145	4,40	0,46
Segurança	9	0,29	0,03	9	0,27	0,03
Capacitação e Desenv. Profissional	2	0,06	0,01	16	0,49	0,05
Outros	17	0,54	0,05	74	2,24	0,24
TOTAL	**1.034**	**33,06**	**3,07**	**1.038**	**31,47**	**3,31**
3. Indicadores Sociais Externos	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Tributos (Excluídos Encargos	19.804	772,09	58,78	18.167	1.437,26	57,93
Contrib. p/a Sociedade	9	0,35	0,03	24	1,90	0,08
TOTAL	**19.813**	**772,44**	**58,80**	**18.191**	**1.439,16**	**58,00**
4. Indicadores Corpo Funcional	**Nº de Empregados**			**Nº de Empregados**		
Nº Empreg. ativos início ano	29			30		
Nº Admissões no ano	3			2		
Nº Demissões no ano	6			3		
Nº Empreg. ativos fim ano	26			29		
Escolaridade						
Pós Graduação	2			1		
Superior	4			7		
Ensino Médio	12			14		
Ensino Fundamental	7			7		
Faixa Etária dos Empregados						
Até 30 de idade	3			6		
De 31 a 40 anos	6			9		
De 41 a 50 anos	6			5		
Superior a 50	10			9		
Mulheres que trabalham na empresa	5			6		
Menor Aprendiz	1			1		
Nº de ações trabalhistas contra a empresa	0			0		
5. Informações referente ao exercício da cidadania						
Nº total de acidentes de trabalho	0			0		
Relação entre a maior e menor remuneração	7,75			8,95		

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:
(x) direção — (x) direção
( ) direção e gerências — ( ) direção e gerências
( ) todos os empregados — ( ) todos os empregados

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:
(x) direção — (x) direção
( ) direção e gerências — ( ) direção e gerências
( ) todos os empregados — ( ) todos os empregados

Nº total de reclamações/críticas consumidores	**273**		**355**	
Valor adicionado a distribuir(em milhares de reais	**26.324**		**23.334**	
Distribuição do Valor Adicionado - DVA		**%**		**%**
Governo		**79,56**	Governo	**80,59**
Pessoal		**9,30**	Pessoal	**11,39**
Acionistas		**8,21**	Acionistas	**5,47**
Financiadores		**2,93**	Financiadores	**2,54**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
em 31 de dezembro de
Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais			
	2024	%	2023	%
Receitas	**53.395**		**49.184**	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	53.395		49.184	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(27.048)**		**(25.884)**	
Custo da Energia Comprada	(24.488)		(23.048)	
Materiais	(194)		(292)	
Serviços de Terceiros	(690)		(684)	
Outros	(1.676)		(1.860)	
(=) Valor Adicionado Bruto	**26.347**		**23.300**	
(-) Quotas de depreciação	**(517)**		**(502)**	
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Concessionária	**25.830**		**22.798**	
(+) Valor Adicionado Recebido em Transferências	**494**		**536**	
Receitas Financeiras	494		536	
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	**26.324**	**100,00%**	**23.334**	**100,00%**
Distribuição do Valor Adicionado	**26.324**		**23.334**	
Pessoal	**2.449**	**9,30%**	**2.659**	**11,39%**
Remunerações	2.095	7,96%	2.260	9,68%
Encargos Sociais (exceto INSS)	153	0,58%	156	0,67%
Convênio assistencial e outros benefícios	201	0,76%	243	1,04%
Governo	**20.943**	**79,56%**	**18.806**	**80,59%**
INSS (sobre folha de pagamento)	679	2,58%	639	2,74%
ICMS	7.995	30,37%	6.932	29,71%
Imposto de renda e contribuição social	560	2,13%	344	1,48%
Outros	11.709	44,48%	10.891	46,67%
Financiadores	**772**	**2,93%**	**592**	**2,54%**
Despesas financeiras	339	1,29%	177	0,76%
Aluguéis	433	1,64%	415	1,78%
Acionistas	**2.160**	**8,21%**	**1.277**	**5,47%**
Remuneração do capital próprio	706	2,68%	830	3,56%
Lucros retidos	1.454	5,52%	447	1,92%
Valor adicionado (médio) por empregado	**1.053**		**864**	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de
Legislação Societária

		Valores expressos em milhares de reais	
ATIVO	**Nota**	**2024**	**2023**
CIRCULANTE		**11.835**	**11.467**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.916	2.309
Consumidores	5	4.503	4.492
Serviços em Curso	7	9	689
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	320	225
Depósitos Judiciais e Cauções		97	97
Almoxarifado Operacional		609	708
Ativos Financeiros Setoriais	12	2.146	1.286
Despesas Pagas Antecipadamente		617	592
Outros Ativos Circulantes	8	1.618	1.069
NÃO CIRCULANTE		**8.651**	**8.582**
Tributos a Compensar	6	68	90
Ativos Financeiros Setoriais	12	-	344
Despesas Pagas Antecipadamente		393	-
Ativo Financeiro da Concessão	9	1.056	740
Investimentos	10	527	482
Intangíveis	11	6.607	6.926
TOTAL DO ATIVO		**20.486**	**20.049**
PASSIVO			
CIRCULANTE		**7.165**	**8.160**
Fornecedores	13	3.363	2.961
Empréstimos e Financiamentos	14	-	1.800
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	447	498
Tributos e Contribuições Sociais	16	895	761
Encargos Setoriais	17	187	451
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	18	839	893
Passivos Financeiros Setoriais	12	1.108	602
Outras Passivos Circulantes		326	194
NÃO CIRCULANTE		**374**	**260**
Encargos Setoriais		374	260
Obrigações com Consumidores		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.947**	**11.629**
Capital Social	19	7.500	7.500
Reservas de Lucros	19	5.492	4.138
(-)Quotas Próprias em Tesouraria		(45)	(9)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**20.486**	**20.049**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**53.395**	**49.184**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		**(19.702)**	**(17.822)**
Impostos estaduais		(7.995)	(6.931)
Impostos federais		(4.544)	(4.186)
Impostos municipais		(34)	(34)
Encargos setoriais		(7.129)	(6.671)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**20**	**33.693**	**31.362**
CUSTOS OPERACIONAIS		**(31.128)**	**(30.098)**
Custo com energia elétrica	**22**	**(24.489)**	**(23.048)**
Energia elétrica comprada para revenda		(11.404)	(11.031)
Encargo de uso dos sistema de transmissão		(12.252)	(11.135)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(833)	(882)
Custo de operação	**23**	**(6.639)**	**(7.050)**
Custo de Construção		(1.231)	(1.357)
Pessoal		(3.128)	(3.297)
Material		(194)	(292)
Serviço de terceiros		(690)	(684)
Depreciação e amortização		(517)	(502)
Outros		(879)	(918)
LUCRO DO SERVIÇO		**2.565**	**1.264**
RESULTADO FINANCEIRO	**24**	**(552)**	**(472)**
Receitas financeiras		494	535
Despesas financeiras		(1.046)	(1.007)
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		**2.013**	**792**
Contribuição Social	**25**	(157)	(99)
Imposto de Renda	**25**	(402)	(246)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO JCP		**1.454**	**447**
Reversão dos juros sobre capital próprio		706	830
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**2.160**	**1.277**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais

	Notas	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**2.160**	**1.277**
Resultados Abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**2.160**	**1.277**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULAD.	QUOTAS EM TESOUR.	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**7.500**	**5.291**	**-**	**-**	**12.791**
Dividendos Pagos	-	**(1.600)**	-	-	**(1.600)**
Aquisição de quotas próprias		**-**	**-**	**(9)**	**(9)**
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	**(830)**	-	**(830)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**1.277**	**-**	**1.277**
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	**447**	**(447)**	-	**-**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**7.500**	**4.138**	**-**	**(9)**	**11.629**
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-
Aquisição de quotas próprias	**-**	**(100)**	**-**	**(36)**	**(136)**
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	**(706)**	-	**(706)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**2.160**	**-**	**2.160**
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	**1.454**	**(1.454)**	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**7.500**	**5.492**	**-**	**(45)**	**12.947**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais

	2024	2023
Atividades Operacionais	**937**	**2.579**
Lucro Líquido do Exercício	**2.160**	**1.277**
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	**488**	**462**
Amortização	517	502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29)	(40)
Variações no ativo	**(831)**	**3.561**
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(11)	(311)
(Aumento) Redução Serviços em Curso	680	(168)
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(94)	1.456
(Aumento) Redução Estoque	99	(17)
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	(26)	220
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	(1.409)	346
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	(70)	2.035
Variações no passivo	**(880)**	**(2.721)**
Aumento (Redução) Fornecedores	402	1.237
Aumento (Redução) Empréstimos e Financiamentos	(1.800)	-
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	(51)	58
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais e Encargos Setoriais	(184)	375
Aumento (Redução) Passivos Financeiros Setoriais	506	(2.466)
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	133	120
Aumento (Redução) Outros Passivos Não Circulantes	114	(2.045)
Atividades de Investimento	**(588)**	**(626)**
Aquisições do Ativo Intangível	(1.902)	(1.294)
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	170	148
Contribuição e Doações do Consumidor	1.144	520
Atividades de Financiamento	**(742)**	**(2.439)**
Pagamento de dividendos	-	(1.600)
Aquisição de quotas próprias	(36)	(9)
Juros sobre o capital próprio	(706)	(830)
Total dos efeitos no caixa	**(393)**	**(486)**
Saldo inicial de caixa	2.309	2.795
Saldo final de caixa	1.916	2.309
Variação no caixa	**(393)**	**(486)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R$)

01 – Contexto Operacional

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiaçá-RS.

02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em ambos os períodos apresentados.

A empresa também se utiliza das orientações e disposições contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas e procedimentos definidos pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.2 - Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturado e respectivas contas a receber, assim como a provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

2.3- Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, considerando ainda, quando requeridos, os ajustes por conta de utilização de estimativas contábeis, quando requeridas.

2.4- Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Empresa.

03- Políticas Contábeis Materiais

3.1 - Contratos de Concessão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as Empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

A ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações contábeis; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa(indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada como uma receita de construção em contrapartida a um custo de construção, tendo também como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função de: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa. A administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivo custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata e que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data da aplicação, sujeitos a um risco mínimo de valor. São demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.3 - Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa), contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros; bem como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

3.4 - Almoxarifado operacional

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial

Com a assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. Tais valores financeiros devem ser apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Em 28 de novembro de 2014, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, a qual trata do reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entendeu não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a Empresa passou a reconhecer os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis.

3.6 - Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 5 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição - VNR depreciado. Cabe destacar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

3.7 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.8 - Intangível

O ativo intangível da Empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 (R1) - OCPC 05 - Contratos de Concessão). Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados.

Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.9 - Redução ao valor recuperável de ativos

A Empresa avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.10 - Encargos Setoriais

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3.11 – Contingências Passivas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis. Devido a irrelevância de valores de estimativas de contingências prováveis as mesmas não foram contabilizadas.

3.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, os quais são registrados contabilmente, quando requeridos.

3.13 - Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	118	202
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.798	2.107
Total	**1.916**	**2.309**

05 – Consumidores

A composição do grupo Contas a Receber de Clientes está assim representada:

Ativo Circulante

	Vencidos					Total	
Classe de Consumidores	**Vincendos**	**Até 90 dias**	**Mais de 90 dias**	**Subtotal**	**PCLD**	**2024**	**2023**
Residencial	1.335	233	44	1.612	(35)	1.577	1.550
Industrial	114	-	-	114	-	114	108
Comercial	731	68	20	819	(18)	801	894
Rural	4	-	-	4	-	4	7
Poder Público	78	-	-	78	-	78	93
Iluminação Pública	52	-	-	52	-	52	50
Serviço Público	162	18	-	180	-	180	148
Consumidor Livre	671	-	-	671	-	671	647
Subtotal	**3147**	**319**	**64**	**3530**	**(53)**	**3477**	**3497**
Serviço Taxado	8	5	3	16		16	15
Outros créditos(acres mor)	11	7	22	40		40	39
Renda não faturada	970			970	-	970	941
Total	**4136**	**331**	**89**	**4556**	**(53)**	**4503**	**4492**

Ativo Não Circulante

	Vencidos					Total	
Classe de Consumidores	**Vincendos**	**Até 90 dias**	**Mais de 90 dias**	**Subtotal**	**PCLD**	**2024**	**2023**
Industrial	-	-	599	599	(599)	-	-
Subtotal	**-**	**-**	**599**	**599**	**(599)**	**-**	**-**
Outros créditos	-	-	21	21	(21)	-	-
Total	**-**	**-**	**620**	**620**	**(620)**	**-**	**-**

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme descrito no item 3.3 – Consumidores - Políticas Contábeis Materiais, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e com a legislação do imposto de renda, que estabelece os seguintes critérios:

(a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e

(b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor da provisão constituída, é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

06 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	2024	2023
Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	68	76
IRPJ a Compensar	11	-
Programa de Integração Social - PIS	43	26
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	198	123
	320	**225**
Não Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	68	90
PIS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	-
COFINS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	-
	68	**90**

ICMS s/Aquisições para o Ativo Imobilizado

O ICMS incidente sobre Aquisições para o Ativo Imobilizado refere-se a créditos fiscais provenientes de compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da Empresa.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser constituído e amortizado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por Empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

07 – Serviços em Curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens de serviço em curso - ODS, os projetos desenvolvidos pela Empresa referentes aos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PDI, os quais fazem parte dos encargos setoriais.

No ano de 2020 foi firmando Parceria com a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência - FATEC e a FOX IOT Soluções em Equipamentos e Engenharia para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado "Solução Inovadora de Comunicação de Longo Alcance Bidirecional de Baixo Custo para Leitura e Gerenciamento Remoto de Unidades Consumidoras Classe B em Áreas Urbanas, Suburbanas ou Rurais", sendo que em 2024 foi concluído o projeto.

Em 2024 a Mux Energia aderiu a um projeto plurianual cooperado intitulado Olimpíada Nacional de Eficiência Energética – ONEE, de cunho educacional promovido pela EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A em que 51 concessionárias de distribuição participaram cujo objetivo é promover uma ação educacional nas escolas de ensino fundamental de forma híbrida visando estimular hábitos sustentáveis que possam contribuir para o uso seguro e eficiente da energia elétrica em todo o território nacional e estimular as aprendizagens no campo de Ciências da Natureza.

	2024	2023
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	689
Programa de Eficiência Energética - PEE	9	
Total	**9**	**689**

08 – Outros Ativos Circulantes

Outros Devedores	123	66
Subsídios Tarifários *	1.495	1.003
Total	**1.618**	**1.069**

* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

09 – Ativo Financeiro da Concessão

A ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com a ICPC 01 (R1), a Empresa tem o direito de utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo somatório do ativo financeiro e ativo intangível.

Saldo inicial do Ativo Financeiro	**740**		
Transferência do Intangível	316		
(-) Transferência das Obrigações Especiais	-		
Saldo final do Ativo Financeiro	**1.056**		
		2024	2023
Ativo Financeiro da Concessão		1.056	740
Ativo Intangível da Concessão		6.607	6.926
Total Contrato de Concessão		**7663**	**7666**

Contrato de Concessão

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a Empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que em 09/12/2015 se deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Além de todas as demais clausulas deste Aditivo, o documento impõe condições para a prorrogação. A concessionaria deveria observar pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as condições de eficiência na prestação do serviço de distribuição e de eficiência na gestão econômica e financeira contidas nos anexos II e III do referido documento. O descumprimento de uma das condições de prorrogação dispostas nos anexos II e III por mais de dois anos consecutivos ou quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretaria a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A concessão da Empresa não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Vinculação dos Bens a Concessão

O Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, artigos 63 e 64 instituiu que os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Atualmente a Resolução Normativa Aneel 948 de 16 de novembro de 2021, regulamenta a

desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, e dispensa da obrigação de solicitar anuência prévia, determinando somente a manutenção de dossiê de desvinculação composto por documentos específicos, os quais deverão ser mantidos para posterior comprovação junto ao órgão regulador. Determina em caso de alienação dos respectivos bens, que o resultado deduzido os encargos incidentes sobre a receita da venda sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquido de provisão para perda quando aplicável.

	2024	2023
Participações Societárias Permanentes	457	413
Outros Investimentos	70	69
Total	**527**	**482**

11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2024	2023
Em serviço (Líquido)	9.732	8.786
Em Curso	288	442
Obrigações especiais (Líquida)	(3.413)	(2.302)
Total	**6607**	**6926**

A movimentação do saldo ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está assim representada:

	Serviço	Curso	Total
Saldo do Intangível em 31/12/2023	**6.484**	**442**	**6.926**
Adições	-	1.764	1.764
Baixas	(383)	-	(383)
Amortização	(471)	-	(471)
Transferência - Ativo Intangível	2.149	(1.918)	231
Transferência - Ativo Financeiro	(316)	-	(316)
Obrigações Especiais	(1.144)	-	(1.144)
Saldo em 31/12/2024	**6319**	**288**	**6607**

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores dos consumidores e dos municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações está assim representada:

	2024	2023
Participação dos Municípios	39	39
Participação do Consumidor	2.813	2.389
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	1.219	498
Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos	306	306
Amortização	(1.098)	(930)
Participações em Curso	134	-
Total	**3.413**	**2.303**

12 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Para os ativos e passivos financeiros setoriais, conforme já mencionados no item 3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial - Políticas Contábeis Materiais, a Empresa reconheceu na contabilidade societária em conformidade com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e/ou Passivos das distribuidoras de energia elétrica, os seguintes itens:

Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA.

	Circulante		Não Circulante	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Reajuste Tarifário de 2024 (em amortização)				
Parcela A	225	64	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	404	850	-	-
	629	**914**	-	-
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2025				
Parcela A	794	236	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	723	136	-	-
	1.517	**372**	-	**344**
Total	**2.146**	**1.286**	**-**	**344**

	Circulante		Não Circulante	
Passivo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Reajuste Tarifário de 2024 (em amortização)				
Parcela A	2	153	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	279	-	-	-
Devoluções Tarifárias	- 61	287	-	-
	220	**440**	-	-
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2025				
Parcela A	301	34	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	306	-	-	-
Devoluções Tarifárias	281	128	-	-
	888	**162**		
Total	**1.108**	**602**	**-**	**-**
Total Líquido	**1.038**	**684**	**-**	**344**

CVA: **Conta de compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A"**: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis, que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a "Parcela A" são: CDE, PROINFA, ESS e Energia Elétrica comprada para Revenda. Os custos são registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA), atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário.

Reajuste tarifário de 2024 em amortização: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica autorizada pela ANEEL para o período de 22 de julho de 2024 a 21 de julho de 2025.

Custos não gerenciáveis capturados para o reajuste tarifário de 2025: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2024 a 31 de dezembro 2024 os quais deverão integrar o próximo reajuste tarifário a ser aplicado sobre as tarifas de energia a partir de 22 de julho de 2025.

13 – Fornecedores

	2024	2023
Encargos de uso da rede elétrica	117	126
Suprimento de energia elétrica	1.407	1.146
Compra de energia elétrica	108	53
Encargos de conexão	1.657	1.537
Materiais e Serviços	74	99
Total	**3363**	**2961**

São compostos por contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Empresa, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

14 – Empréstimos e Financiamentos

	2024	2023
Sicredi - Conta Disposição	-	1.300
Sicoob - Crediauc/SC - Cta. Disposição	-	500
Total	**0**	**1800**

15 – Salários e Encargos a Pagar

	2024	2023
Folha de Pagamento Líquida	77	88
Férias	321	349
Tributos Retidos na Fonte	43	52
Consignações em Folha	6	9
Total	**447**	**498**

16– Tributos e Contribuições Sociais

	2024	2023
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	67	91
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	310	180
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	425	329
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	67	63
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	18	18
Tributos Retidos na Fonte	-	31
Imposto sobre Serviços	3	4
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	26
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	5	19
Total	**895**	**761**

17 – Encargos Setoriais

De acordo com o descrito no item 3.10 - Encargos Setoriais - Políticas Contábeis Materiais, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	2024	2023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	10	0
Ministério das Minas e Energia - MME	5	0
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	40	91
Programa de Eficiência Energética - PEE	109	65
PROCEL	20	53
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0	240
Taxa de Fiscalização	3	2
Adicional Bandeira Tarifária	0	0
Total	**187**	**451**

18 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. Em 2024, a Empresa creditou aos sócios o montante de R$ 706 mil (R$ 830 mil em 2023).

Por ocasião da Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2023, a distribuição foi no valor de R$ 1.600 mil, referente a lucros acumulados apurados em exercícios anteriores.

	2024	2023
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP e Dividendos ref. 2022	-	187
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP e Dividendos ref. 2023	239	-
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	706	830
Imposto de renda retido sobre JSCP	(106)	(124)
Total	**839**	**893**

19 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 7,5 Milhões, equivalente a 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil cotas) no valor de R$ 1,00 cada quota.

Reserva de Lucros

A reserva de lucros é constituída pela apropriação dos lucros ou prejuízos apurados em cada exercício social, líquida das destinações de dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2024 possuía o saldo de R$ 5.492 mil (R$ 4.138 mil em 2023).

20 – Receita Operacional Líquida

	Nº de consumidores		MWh		Reais Mil	
Receita	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecimento - Faturado	**12.975**	**12.778**	**47.261**	**51.972**	**36.828**	**36.639**
Residencial	10.942	10.790	25.704	23.594	20.337	17.574
Industrial	59	60	2.058	10.191	1.651	6.065
Comercial	1.841	1.804	14.036	13.011	10.851	9.582
Rural	13	14	241	171	174	155
Poder Público	93	86	1.347	1.216	1.130	942
Iluminação Pública	5	5	1.564	1.690	737	720
Serviço Público	22	19	2.311	2.099	1.948	1.601
Uso da Rede Elétrica de Distribuiç	**8**	**4**	**37.501**	**26.941**	**8.446**	**6.539**
Consumidores Livres - Industrial	4	4	37.190	26.941	8.395	6.539
Consumidores Livres -Comercial	4	0	311	0	51	-
Fornecimento Não Faturado					**29**	**126**
*** Obrigações Especiais (-)**					**(169)**	**(295)**
Ativo Financeiro Setorial Líquido					**199**	**369**
Outras receitas					**8.062**	**5.806**
Receita da Construção					1.230	1.357
Outras Receitas Operacionais (nota 21)					6.832	4.449
Receita Operacional Bruta					**53.395**	**49.184**
Deduções						
Tributos						
PIS/COFINS					(4.543)	(4.186)
ICMS					(7.995)	(6.931)
ISS					(35)	(34)
Subtotal					**(12.573)**	**(11.151)**
Encargos Setoriais						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(156)	(144)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(174)	(136)
Conta de Desenvolvimento Energético					(6.765)	(6.359)
Taxa de Fiscalização					(34)	(32)
Subtotal					**(7.129)**	**(6.671)**
Total de Deduções da Receita					**(19.702)**	**(17.822)**
Total Receita Operacional Líquida					**33.693**	**31.361**

Obs.: O valor expresso em Fornecimento Faturado foi formado por Consumo + Demanda + Fator Potência + ICMS + PIS + COFINS.

***Obrigações Especiais:** A partir da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de Concessão, as referidas receitas sofreram alterações quanto à forma de contabilização, as quais deverão ser registradas como um passivo financeiro setorial – Devoluções tarifárias.

21 – Outras Receitas Operacionais

	2024	2023
Arrendamentos e Aluguéis	15	14
Renda da Prestação de Serviços	360	374
Compartilhamento de Infraestrutura	944	874
Subsídios Tarifários Fonte Incentivada e Baixa Renda	4.479	1.945
Subsídios Tarifários Micro e Mini Geração Distribuída	869	1.107
Serviço Taxado	121	107
Outras Receitas	44	28
Total	**6831**	**4449**

As outras receitas operacionais estão substancialmente representadas por receitas decorrentes da prestação de serviços taxados, aluguéis de uso mútuo de postes, taxas sobre vistorias, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidores, emissão de 2ª via de conta, verificação de níveis de tensão a pedido do consumidor e outros que venham a ser estabelecidos pelo órgão regulador.

22 – Custo com Energia Elétrica

Compra de Energia	44.168	50.467	10.171	9.641
Proinfa	1.013	1.158	833	882
Micro e Mini Geração Distribuída	5.417	4.767	2.045	2.398
Geração Própria	3.785	2.568	624	441
Subtotal	**54.383**	**58.960**	**13.673**	**13.362**
Crédito Pis e Cofins			(1.437)	(1.450)
Total			**12.236**	**11.912**
Uso da Rede de Energia				
Encargo de Uso da Rede Elétrica			13.488	12.274
Crédito Pis e Cofins			(1.235)	(1.138)
Total			**12.253**	**11.136**
Total Custo com Energia Elétrica	**50.598**	**58.960**	**24.489**	**23.048**

23 – Custo de Operação

	2024	2023
Custo da Operação		
Pessoal	2.709	2.769
Administradores	419	528
Material	194	292
Serviço de Terceiros	690	683
Arrendamentos e Aluguéis	433	415
Seguros	17	16
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	8	(5)
Tributos	34	32
Amortização	517	502
(-) Recuperação de Despesas	(29)	(35)
Outros Gastos	315	414
Custo da Construção	1.231	1.357
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	101	82
Total	**6.639**	**7.050**

24 – Receitas e Despesas Financeiras

	2024	2023
Receita Financeira		
Receita de Aplicações Financeiras e Juros s/ Capital Próprio	188	324
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	148	144
Variação Monetária Ativa - Financeiro Setorial	76	-
Outras Receitas Financeiras	109	96
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(27)	(29)
Total	**494**	**535**
Despesa Financeira		
Juros sobre o Capital Próprio	(706)	(830)
Variação Monetária Passiva - Financeiro Setorial	(21)	(43)
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios	(187)	(67)
Outras Despesas Financeiras	(132)	(67)
Total	**(1.046)**	**(1.007)**
Resultado Financeiro	**(552)**	**(472)**

25 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

A demonstração do resultado do exercício de 2024 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei 12.973/14. O imposto de renda e a contribuição social apurados no exercício de 2024, está assim demonstrado:

	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	2.013	2.013
Adições	70	70
Exclusões	(3)	(3)
Compensação de prejuízos anteriores	(333)	(333)
Base de cálculo	**1.747**	**1.747**
Alíquota aplicável	**15%**	**9%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**262**	**157**
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	**151**	**-**
Outros ajustes - Incentivos fiscais	**(11)**	
Total dos impostos correntes	**402**	**157**

Até o exercício social de 2023 o IRPJ e a CSLL eram apurados pelo regime tributário do lucro real trimestral. A partir do exercício social de 2024, a empresa optou pelo regime tributário do lucro real anual com apuração mensal.

26 – Instrumentos Financeiros

O negócio da Empresa compreende a distribuição de energia elétrica para os consumidores de sua área de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

● Aplicações financeiras: os valores contabilizados se aproximam do valor de mercado.

● Valor justo: é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Empresa pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Empresa, estão assim representados:

Risco de Crédito: O risco surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Empresa dos consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros - A Empresa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

27- Provisões para Contingências

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos consultores jurídicos da Empresa que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individualizada bem como as expectativas de risco de perda, que pode ser considerada como provável, possível ou remota. Quando uma ação é avaliada com risco de perda provável, é constituída a respectiva provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam demandas judiciais cuja expectativa de perda estivesse classificada como provável, não havendo, portanto, a necessidade de se constituir provisão para contingências. Entretanto, existem diversas ações movidas por companhias seguradoras contra a Empresa pleiteando ressarcimento decorrentes de danos elétricos reembolsados aos seus segurados. Tais ações, classificadas com risco de perda "possível", o que requer sua divulgação, importam em 31 de dezembro de 2024 em 95.139 (R$ 103.746 em 2023).

28 – Seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com cobertura suficiente para cobrir eventuais perdas, de acordo com o grau de risco e a natureza, sendo estes de forma regular e renovados anualmente, estando discriminados conforme segue:

Descrição	Inc./ Raio/ Expl.	Vend./ Granizo	Danos Elétr./ Outros	Início	Término
Seguro Almoxarifado	600	150	20	abr/24	abr/25
Seguro Demais Imóveis	1550	280	85	abr/24	abr/25
Total Seguro Imóveis	**2150**	**430**	**105**		

Descrição	Danos Materiais	Danos Pessoais	Morte/ Danos Morais	Início	Término
Seguro Veículos	1500	1500	200	mai/24	mai/25
Equipamentos de Veículos	200	0	0	jul/24	jul/25
Total Seguro Veículos	**1700**	**1500**	**200**		

Descrição	Morte	Invalidez	Assist. Funeral	Início	Término
Seguro Pessoal/ Indiv. - Direção	221	221	5	abr/24	mai/25
Seguro Pessoal/ Indiv. - Demais	110,6	110,6	5	abr/24	mai/25

29 – Ajuste a Valor de Presente

A Empresa observou as disposições previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, cujos resultados apurados nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores foram considerados irrelevantes, não havendo, portanto, a necessidade de se efetuar ajuste a valor presente sobre os saldos existentes nas referidas rubricas contábeis.

30 – CDE Modicidade Eletrobrás

Conforme Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047.

No decorrer desse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores.

Segue abaixo os repasses anuais:

Exercício de 2022 – 27/02/2022 R$ 1.044.319,52

Exercício de 2023 – 28/04/2023 R$ 131.677,26

Exercício de 2024 – 29/04/2024 R$ 276.544,05

31– Divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis societárias da Empresa estão disponíveis no site www.muxenergia.com.br.

Alexandre Zanini
Diretor Presidente
CPF - 234.351.190-04

Rosane Rovani de Linhares
Contadora
CPF - 494.609.860-72

BEZ auditores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas da
Muxfeldt Marin & Cia Ltda
Tapejara - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 21 de março de 2025.

BEZ Auditores Independentes Ltda.
CRC PR 5.010/O-2

Marco Antônio Harger Lückmann
Contador CRC SC 023.456/O-6 T - PR

Zaffari lidera Ranking AGAS 2024; veja as 100 maiores redes de supermercados do RS

O setor supermercadista gaúcho teve um faturamento recorde de R$ 40 bilhões

A Associação Gaúcha de Supermercados (Agas) divulgou o novo ranking das maiores redes supermercadistas do Rio Grande do Sul. O levantamento, referente ao desempenho de 2024, identificou 146 empresas do setor, com destaque para as 100 principais em faturamento. O grupo mapeado soma R$ 40 bilhões em receita, 835 lojas, 1,1 milhão de metros quadrados de área de vendas, 73.627 funcionários e 9.298 checkouts. A Agas estima que essas redes representem aproximadamente 60% do faturamento total do setor no estado, projetando uma receita total de R$ 66 bilhões em 2024, um crescimento de 10% em relação a 2023.

As duas primeiras posições do ranking permanecem ocupadas pelas redes Zaffari: a Companhia Zaffari, de Porto Alegre, e a Comercial Zaffari, de Passo Fundo. Em terceiro lugar, mantém-se o grupo Unidasul, de Esteio. A partir da quarta colocação, houve alterações significativas devido à ausência de dados fornecidos por redes como Carrefour e Andreazza, de Caxias do Sul, que não enviaram informações à Agas. Também ficaram de fora redes de fora do estado, como Fort (Pereira), Via (Passarela) e Bistek, com presença crescente no mercado gaúcho.

Entre os dez maiores grupos, o maior crescimento percentual de receita foi registrado pela Comercial Zaffari, que apresentou alta de 30,7%. A rede inaugurou seis unidades do atacarejo Stok Center em 2024. A segunda maior taxa de crescimento entre os dez maiores ficou com a rede Nicolini, de Bagé, com 32,6%, atribuída à fusão com o Aviário Nicolini e o Super Engenho, além da aquisição de 11 lojas da rede Nacional, cuja aprovação está em análise pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Os demais destaques em crescimento percentual incluem: Peruzzo (24,1%), Imec (15,5%), Asun (14,9%), Master ATS (12,8%), Unidasul (12,6%), Libraga Brandão (11,8%), Companhia Zaffari (10,6%) e Guanabara (10,2%).

Confira a seguir as 100 maiores redes supermercadistas do Rio Grande do Sul em 2024:

1. Companhia Zaffari (Porto Alegre): R$ 8,41 bilhões (41 lojas)
2. Comercial Zaffari (Passo Fundo): R$ 5,75 bilhões (46 lojas)
3. Unidasul (Esteio): R$ 2,92 bilhões (46 lojas)
4. Imec (Lajeado): R$ 1,89 bilhão (31 lojas)
5. Asun (Gravataí): R$ 1,61 bilhão (41 lojas)
6. Master ATS (Erechim): R$ 1,35 bilhão (19 lojas)
7. Peruzzo (Bagé): R$ 1,24 bilhão (27 lojas)
8. Libraga Brandão (Santa Maria): R$ 1,11 bilhão (37 lojas)
9. Guanabara (Rio Grande): R$ 920 milhões (11 lojas)
10. Nicolini (Bagé): R$ 805 milhões (17 lojas)

Outras redes de destaque incluem Righi, Baklizi, Rede Polo, Cotripal, Beltrame, Formenton, Treichel, Macamo, Max Center, Cooperativa Sarandi, Cooperativa Santa Rosa, Benedetti, Viezzer, Cerealista Oliveira, Apolo, Santa Clara, Miller, M&B Sorriso, Schmachtenberg, Cooperativa São Luiz, Center Shop, Comercial 3 Letras, Cotrijal, Super Kan, Tischler, Dario Neves, Roxo, Marcolan, Cooperativa Espumoso, Guarapari, Cooperativa Cairu, Weinert, Lenz & Cia, Supermago, Redecop, Irmãos Linke, Super Novo, Cooperativa Campo Novo, Makro Chuí, Kern, Bom Mercado, Franck F Muller, Codebal, Cooperativa Sepeense, Gecepel, Schwalm, Centermastersul, Copetti, Deitos, Danilo Tiziani, Dalpiaz, Zaleski, Mombach, Gauchão, Cooperativa General Osório, Ruben Boff, Vendruscolo, Cooperativa Frederico Westphalen, Hosel e Prado, Super Santos, Comercial Samy, Maria Hansen, Nova Palma, Frassul, Pedralli, ACF Comércio, Super Zart, Bertuol, Stangherlin, Pedro Maccari, Paolazzi, Tchê Barbaridade, Vendramini, Super Davi, Irmãos Schmitz, Super Daki, Companhia dos Doces, Hípico, Saalfeld, Cauã, Karpinski, Brombatti, Predileto, M&N Supermercado, Mercado Alt, Decio Oliveira, Francisco Dimer, Alvorada, MMA, Pozzobon.

O levantamento também apresenta as 12 maiores centrais de abastecimento do estado, responsáveis por compras coletivas de produtos, com faturamento total de R$ 10,7 bilhões em 2024. As centrais somam 782 lojas e cerca de 20,7 mil funcionários.

As maiores centrais são:

1. Redeagro (Soledade): R$ 2,66 bilhões (167 lojas)
2. Rede Super (Santa Maria): R$ 1,92 bilhão (68 lojas)
3. Redefort (Novo Hamburgo): R$ 1,28 bilhão (184 lojas)
4. Grandesul (Cachoeirinha): R$ 1,24 bilhão (54 lojas)
5. Rede da Gente Gaúcha (Casca): R$ 660 milhões (75 lojas)
6. Super Sul (Cruz Alta): R$ 653 milhões (32 lojas)
7. Unisuper (Porto Alegre): R$ 616 milhões (32 lojas)
8. Multimercados (Caxias do Sul): R$ 486 milhões (29 lojas)
9. Rede Super Útil (Passo Fundo): R$ 439 milhões (64 lojas)
10. Rede União (Getúlio Vargas): R$ 394 milhões (26 lojas)
11. Super Passo (Passo Fundo): R$ 252 milhões (38 lojas)
12. Rede Ammpa (Porto Alegre): R$ 66 milhões (13 lojas)

O ranking completo foi consolidado por Francisco Brust, responsável técnico da Agas, e será oficialmente apresentado em evento no dia 8 de abril, em Porto Alegre. A coleta dos dados foi feita com base nas informações enviadas pelas próprias redes supermercadistas. A ausência de determinadas marcas no ranking indica que não houve envio de dados por parte dessas empresas.

Foto -Freepik

O ranking foi feito pela Associação Gaúcha de Supermercados

IPTU 2025 TAPEJARA

Boletos do IPTU disponíveis **a partir de 14 de abril**

Os contribuintes poderão acessar os boletos das seguintes formas:

online, por meio do **site da Prefeitura**;
www.**tapejara**.rs.gov.br

presencialmente, na **Secretaria de Finanças**, setor de Tributação.

PREFEITURA DE TAPEJARA
GESTÃO 2025·2028

FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL

GRANDES REALIZAÇÕES. NOVOS DESAFIOS.

Deputado Pasin defende implantação do sistema antigranizo na proteção da uva e outras culturas no RS

A tecnologia, já adotada com sucesso em Santa Catarina, tem como objetivo proteger lavouras e infraestrutura urbana dos danos causados pelo granizo

Na segunda-feira, 31 de março, o deputado estadual Guilherme Pasin (Progressistas) participou de uma reunião na Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (Sema), em Porto Alegre, para discutir a implementação do Sistema Antigranizo com Geradores de Solo. A tecnologia, já adotada com sucesso em Santa Catarina, tem como objetivo proteger lavouras e infraestrutura urbana dos danos causados pelo granizo. Pasin, presidente da Frente Parlamentar da Serra Gaúcha na Assembleia Legislativa, acompanha de perto a viabilidade do uso dessa tecnologia no Rio Grande do Sul, especialmente para a proteção de culturas frutícolas, como a produção de uva.

Também participaram da reunião, Renato Chagas, Diretor-Presidente da Fepam, técnicos Gabriel Ritter, Fabiani Vitt e Gianfranco Aliti, além do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Flores da Cunha e Nova Pádua, Ricardo Pagno, do secretário-adjunto da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema-RS), Marcelo Camardelli Rosa e o presidente do Instituto de Gestão, Planejamento e Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado do Rio Grande do Sul (Consevitis-RS), Luciano Rebelatto.

Durante o encontro, foi discutida a tecnologia utilizada no processo em execução, que já havia sido acompanhada pela comunidade serrana durante visita técnica em Santa Catarina. Um dos principais pontos abordados foi a avaliação da Sema e da Fepam sobre a tecnologia empregada e seus benefícios para as culturas frutícolas.

O Sistema Antigranizo, que já demonstra resultados positivos em diversos países, assim como no estado de Santa Catarina há mais de 30 anos, pode beneficiar a agricultura gaúcha ao reduzir prejuízos e aumentar a produtividade. "Este sistema tem se mostrado eficaz em diversas regiões, e acredito que sua implementação no Rio Grande do Sul será um marco para a agricultura do estado, protegendo nossas lavouras contra os danos causados pelo granizo. É uma defesa importante para o setor da uva, para nossos agricultores e para a fruticultura como um todo", destaca Pasin.

O encontro também discutiu as etapas regulatórias e a expansão do projeto para outras áreas do estado. Conforme o deputado Pasin, novos documentos deverão ser enviados à Sema-RS para dar continuidade aos estudos de implementação da tecnologia.

Foto - Andrei Severo

Pasin, acompanha de perto a viabilidade do uso dessa tecnologia no Rio Grande do Sul

Governo do RS quer usar o Fundo Social da União para apoiar os produtores rurais

O encontro ocorreu no Palácio Piratini

Foto - Divulgação

De acordo com Leite, a proposta inicial será utilizar R$ 20 bilhões do Fundo Social

O deputado estadual Vilmar Zanchin participou, na segunda-feira (31), de uma reunião para discutir os desafios da agropecuária no Rio Grande do Sul. No encontro, realizado no Palácio Piratini, o governador Eduardo Leite propôs o uso de recursos do Fundo Social da União, oriundos do petróleo e do pré-sal, para apoiar os produtores gaúchos. "É uma medida importante para reestruturar dívidas e financiar novos projetos de irrigação", destacou o parlamentar.

De acordo com Leite, a proposta inicial será utilizar R$ 20 bilhões do Fundo Social. A expectativa do governo do Estado é que, na próxima semana, a ideia seja apresentada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "A legislação estabelece que uma parte do Fundo Social do pré-sal pode ser reservada para a mitigação de eventos climáticos e seus efeitos adversos. É justo que os produtores rurais gaúchos recebam este recurso", ressaltou Vilmar Zanchin.

Nos últimos 20 anos, o Rio Grande do Sul liderou o ranking nacional de perdas econômicas por desastres naturais, com prejuízos de R$ 41,25 bilhões. A atual estiagem já aponta para uma quebra de 10% no milho e 30% na soja. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (Fetag) estima que o endividamento rural no Estado já soma R$ 28,4 bilhões. Situação que afeta a arrecadação dos municípios e prejudica a economia gaúcha.

Prefeito Claiton Aguiar participa de seminário sobre os desafios do mandato 2025/2028

A participação da comitiva sananduvense reafirma o compromisso da administração municipal com a qualificação constante

O prefeito de Sananduva, Claiton Aguiar, participou do Seminário "Desafios do Mandato 2025/2028", promovido pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), pela União dos Vereadores do Brasil (UVB) e pela Consultoria em Direito Público (CDP).

O evento reuniu lideranças políticas, gestores e especialistas em direito público para discutir os principais desafios e oportunidades que os municípios brasileiros deverão enfrentar nos próximos anos. O objetivo foi capacitar prefeitos, vices, vereadores e equipes técnicas para uma gestão pública eficiente e alinhada às novas demandas sociais, jurídicas e administrativas.

Segundo informações publicadas pelo próprio prefeito Claiton Aguiar em suas redes sociais, representando o município de Sananduva também estiveram presentes a Primeira-dama Fabiana Aguiar, o vice-prefeito Tiago Tomielo e os assessores jurídicos Luís Alfredo Tartari, Jeferson Zanella e Roger da Rosa.

A participação da comitiva sananduvense reafirma o compromisso da administração municipal com a qualificação constante e a busca por soluções modernas e eficazes para os desafios da gestão pública. O evento proporcionou momentos de troca de experiências entre gestores e especialistas, fortalecendo ainda mais o preparo das lideranças locais para o próximo ciclo administrativo.

Foto -Divulgação

Prefeito Claiton Aguiar, ao lado da Primeira-dama Fabiana, do vice-prefeito Tiago Tomielo e assessores jurídicos

SANANDUVA
GOVERNO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

O Município de Sananduva comunica que, no dia **23 de abril de 2025, às 09h00min**, será realizada sessão pública de pregão eletrônico, tendo como objetivo a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços, mediante disponibilização de máquinas e equipamentos (com operador)**, conforme especificações do edital de licitação. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, na data e hora acima estabelecidas, horário de Brasília – DF. Informações pelos fones (54) 9 9669-0941 / (54) 9 9662-5781 e e-mail licitacao@sananduva.rs.gov.br. Edital disponível no site www.sananduva.rs.gov.br. – *Link Licitações* ou junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br. Sananduva RS, 05 de abril de 2025. CLAITON EDÚ MONTEIRO DE AGUIAR – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

O Município de Sananduva comunica que, no dia **25 de abril de 2025, às 09h00min**, será realizada sessão pública de pregão eletrônico, tendo como objetivo a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços, mediante disponibilização de máquina (sem operador)**, conforme especificações do edital de licitação. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, na data e hora acima estabelecidas, horário de Brasília – DF. Informações pelos fones (54) 9 9669-0941 / (54) 9 9662-5781 e e-mail licitacao@sananduva.rs.gov.br. Edital disponível no site www.sananduva.rs.gov.br. – *Link Licitações* ou junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br. Sananduva RS, 05 de abril de 2025. CLAITON EDÚ MONTEIRO DE AGUIAR – PREFEITO MUNICIPAL.

CNPJ nº 87613543/0001-62
Fones 54 3343-1266 3343-1703 3343-1829
licitacao@sananduva.rs.gov.br
Av. Fiorentino Bachi, 673 - 99840.000 – Sananduva RS

PROCESSO 037/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2025

O Município de Água Santa torna público o Processo de Dispensa de Licitação nº 025/2025, objetivando a contratação da empresa para o fornecimento de 10 unidades de contentor 4 rodas, cor marrom, 1000 litros nacional, conforme memorando interno, ETP e orçamento apresentado. Valor total de R$ 20.340,00 (vinte mil, trezentos e quarenta reais). Fornecedor: JCS AMBIENTAL LTDA CNPJ: 53.296.595/0001-30. Fundamentação legal: Inciso II, Art. 75, Lei 14.133/2021. Água Santa, 26 de março de 2025.

JULIANO FAVRETTO Prefeito Municipal

PROCESSO 038/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2025

O Município de Água Santa torna público o Processo de Dispensa de Licitação nº 026/2025, objetivando a contratação da empresa para o fornecimento de Paralelepípedo Basáltico, para pavimentação e estoque, conforme memorando interno, ETP e orçamento apresentado. Valor total de R$ 12.000,00 (doze mil reais). Fornecedor: ANILDO ESTELIO DA COSTA LTDA CNPJ: 59.879.945/0001-78. Fundamentação legal: Inciso II, Art. 75, Lei 14.133/2021. Água Santa, 26 de março de 2025. **JULIANO FAVRETTO Prefeito Municipal**

PROCESSO 040/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 027/2025

O Município de Água Santa torna público o Processo de Dispensa de Licitação nº 040/2025, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra na modalidade empreitada global total, para a construção de uma rampa para lubrificação em anexo ao tanque de abastecimento do Parque de Máquinas Municipal, conforme memorial descritivo elaborado pelo Setor de Engenharia do Município. O período da contratação é de 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do contrato. contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra na modalidade empreitada global total, construção de uma rampa para lubrificação em anexo ao tanque de abastecimento do Parque de Máquinas Municipal, conforme memorial descritivo elaborado pelo Setor de Engenharia do Município. Fornecedor: DP PERUZZO CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 19.244.424/0001-20. Fundamentação legal: Inciso I, Art.75, Lei 14.133/2021. Água Santa, 27 de Março de 2025.

JULIANO FAVRETTO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO 041/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 028/2025

O Município de Água Santa torna público o Processo de Dispensa de Licitação nº 028/2025, objetivando a contratação de empresa especializada para a manutenção e conserto do Rolo, marca Liugong, modelo 6612E, ano 2022, conforme em anexo o laudo n° LT-00614, ETP e orçamentos apresentados pela secretaria. O período da contratação deverá ser de 30 dias a contar da data de 01/04/2025. O valor total da contratação é de R$ 9.761,46 (nove mil, setecentos e sessenta e um reais com quarenta e seis centavos), conforme orçamento apresentado. Fornecedores: N. A. OLIBONE MECANICA - CNPJ 32.518.332/0001-59. Fundamentação legal: Inciso I, Art. 75, Lei 14.133/2021. Água Santa, 31 de março de 2025. **JULIANO FAVRETTO PREFEITO MUNICIPAL**

PROCESSO 042/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 029/2025

O Município de Água Santa torna público o Processo de Dispensa de Licitação nº 029/2025, objetivando a contratação de empresa especializada para conserto e manutenção do Caminhão Basculante Volkswagen, modelo 24-250 CNC 6x2, placa ITG-4342, ano 2011/2012, conforme o laudo n° LT-00615, memorando, ETP e orçamento apresentado. O período da contratação deverá ser de 30 dias a contar da data de 01/04/2025. O valor total da contratação é de R$ 19.540,63 (Dezenove mil, quinhentos e quarenta reais com sessenta e três centavos), sendo o valor do material de R$ 2.910,23 (dois mil novecentos e dez reais com vinte e três centavos) e o valor da mão de obra de R$ 16.630,40 (dezesseis mil, seiscentos e trinta reais com quarenta centavos). Fornecedores: N. A. OLIBONE MECANICA - CNPJ 32.518.332/0001-59. Fundamentação legal: Inciso I, Art. 75, Lei 14.133/2021. Água Santa, 31 de março de 2025.

JULIANO FAVRETTO PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ibiaçá, inscrito no CNPJ nº 87665782/0001-66, vem através do presente comunicar que as eleições do Sindicato serão realizadas nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2025.

E tem o prazo de 05 (cinco) dias para impugnações, à partir do dia 05 de abril de 2025. O edital de convocação da eleição encontra-se afixado na sede da entidade.

Ibiaçá, 03 de março de 2025.

A Comissão Eleitoral.

Assembleia Digital 2025 da Sicredi Altos da Serra RS/SC está disponível até 09 de abril

Associados que participarem e votarem em todas as pautas vão concorrer a um iPhone 16 e uma bicicleta elétrica

A Assembleia Digital 2025 da Sicredi Altos da Serra RS/SC, está disponível para todos os associados até a próxima quarta-feira (09). Para acompanhar o evento e exercer o cooperativismo na prática, basta acessar o aplicativo Sicredi pelo celular, acessar o Menu Lateral e, na sequência, clicar em Assembleias. Momento em que a cooperativa reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a transmissão ao vivo da Assembleia foi realizada na última segunda-feira (31).

Os associados que participarem e votarem em todas as pautas terão a chance de ganhar prêmios. Serão sorteados um iPhone 16 e uma bicicleta elétrica para os associados de cada uma das 39 agências da Sicredi Altos da Serra RS/SC. Consulte o regulamento completo da promoção nas unidades de atendimento participantes e no site sicredi.com.br/promocao/assembleia2025.

O que é uma Assembleia?

A assembleia é o momento em que as vozes dos associados moldam o futuro da cooperativa, transformando a região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Durante a assembleia, são apresentados relatórios, estratégias e informações essenciais, que garantem a transparência e participação democrática.

Por que minha participação é importante?

A sua participação na Assembleia é fundamental para o fortalecimento da cooperativa e para garantir que as decisões tomadas reflitam os interesses de todos os associados. Ao acompanhar a Assembleia, você tem a oportunidade de participar diretamente das decisões que afetam a cooperativa e a comunidade, apoiar iniciativas que promovam o crescimento econômico e social da região e demonstrar o poder da união e da colaboração, princípios fundamentais do cooperativismo.

Foto - Sicredi

Os associados que participarem e votarem em todas as pautas terão a chance de ganhar prêmios

Sicredi alcança a marca de 9 milhões de associados e estima abrir mais de 400 novas agências em dois anos

Mais de 1,5 milhão de pessoas se associaram à instituição nos últimos 12 meses

O Sicredi, instituição financeira cooperativa presente em todo o país, atingiu 9 milhões de associados. Nos últimos 12 meses, mais de 1,5 milhão de pessoas se associaram, mantendo um crescimento médio de 6 mil novas associações por dia útil. Em pouco mais de cinco anos, o número de associados dobrou, passando de 4,4 milhões em 2019 para os atuais 9 milhões. Em 2024, o número já superava 8,5 milhões.

"Chegar a 9 milhões de associados reflete a confiança das pessoas no Sicredi e no cooperativismo de crédito. Nosso crescimento tem sido sólido e sustentável, priorizando um relacionamento próximo e transparente com nossos associados. Esse compromisso fortalece nossa atuação, impulsiona a economia e gera resultados positivos para as comunidades onde atuamos", destaca Alexandre Barbosa, diretor executivo de Estratégia, Sustentabilidade, Administração e Finanças.

Foto - Sicredi

Em pouco mais de cinco anos, o número de associados dobrou

Expansão Esse crescimento acompanha a estratégia do Sicredi de abrir agências em todos os estados. Hoje, são mais de 2,8 mil agências em mais de 2,1 mil municípios, sendo o único agente financeiro presente fisicamente em mais de 200 cidades. Nos últimos 10 anos, foram abertas mais de 1.500 agências, um crescimento superior a 110% desde 2014. A previsão é inaugurar mais de 230 agências em 2025, totalizando mais de 400 novas unidades em dois anos.

"Nós acreditamos que a abertura de agências está alinhada ao interesse dos associados, que buscam proximidade, sem deixarmos de lado os canais digitais. Atender nos canais de preferência, cultivando vínculos e confiança, é essencial para dar suporte a esse público e manter um crescimento sustentável", afirma Barbosa.

Cooperativismo de crédito O cooperativismo de crédito cresce globalmente. Segundo o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (Woccu), há mais de 74,6 mil cooperativas no mundo, com 411 milhões de associados, movimentando mais de US$ 3,7 trilhões em ativos.

No Brasil, havia 17,3 milhões de associados em 2023, em 768 cooperativas, totalizando mais de R$ 730 bilhões em ativos, segundo o Banco Central. O setor estava presente em 57% dos municípios (3.177).

Pesquisa da OCB e FIPE mostra que municípios com cooperativas de crédito tiveram um aumento de 10% no PIB per capita, 15,1% nas vagas de emprego e 15,6% nos estabelecimentos comerciais.

Público recorde marca as finais do 56º Campeonato Aberto de Verão de Futsal Raimundo João Lovatto

Competição, iniciada em janeiro, contou com 129 jogos realizados em 4 categorias

Mais de três mil pessoas estiveram presentes no Ginásio Municipal Albino Sossella, em Tapejara, para acompanhar as finais do 56º Campeonato Aberto de Verão de Futsal Raimundo João Lovatto, encerrado na noite de sexta-feira, 28 de março. O público foi o maior já registrado em competições amadoras realizadas no local.

A competição teve início em 19 de janeiro e reuniu 47 equipes: 30 na categoria Livre Masculino, 8 na Veterano Masculino e 9 na Livre Feminino. Ao todo, foram disputadas 129 partidas, com mais de 675 gols marcados. Participaram do campeonato atletas de 13 municípios da região: Tapejara, Ibiaçá, Vila Lângaro, Erebango, Passo Fundo, Erechim, Gentil, São João da Urtiga, São José do Ouro, Sananduva, Santo Expedito do Sul, Lagoa Vermelha e Getúlio Vargas.

Na decisão da categoria Veterano Masculino, a equipe Seleção Fronteira venceu a equipe Metalúrgica Guiana por 3 a 1 e conquistou o título.

Na segunda partida da noite, pela categoria Livre Feminino, a equipe 100 Pressão venceu a equipe Borussia de Passo Fundo por 6 a 1. A partida foi encerrada três minutos antes do fim do segundo tempo, devido a uma confusão entre torcedores.

Pela Série B da categoria Livre Masculino, a equipe Esporte Clube Baixada / Ramos Montagem venceu a equipe Dall'Igna Construtora por 2 a 1 e ficou com o título da categoria.

Encerrando a programação, a equipe Carga Pesada superou a equipe Online Informática, de Getúlio Vargas, por 5 a 1 e sagrou-se campeã da Série A da categoria Livre Masculino.

Durante o evento, foi realizado um momento especial em homenagem ao jogador Raimundo João Lovatto, que dá nome ao campeonato. Representado por sua filha, Lisiane, Raimundo foi lembrado por sua trajetória no futebol tapejarense, especialmente como atleta do Atlético Tapejarense na década de 1980. Na ocasião, Lisiane recebeu das mãos do prefeito Evanir Wolff (Big) e do vice-prefeito Rodinei Bruel (Gipe) uma camiseta com o número 5, usado por Raimundo durante sua carreira. Também foi entregue uma placa em homenagem prestada pela gestão Big/Gipe. A cerimônia contou com a presença de ex-companheiros de equipe de Raimundo, familiares, secretários, coordenadores e vereadores do município.

O evento foi promovido pela Prefeitura de Tapejara, por meio da Secretaria de Esportes, Cultura, Lazer, Turismo e Juventude.

Foto - Cleiton Debona

Prefeito Evanir Wolff (Big), vice-prefeito Rodinei Bruel (Gipe) e autoridades municipais durante a entrega das premiações aos campeões

Premiações por Categoria

Veterano Masculino Campeão: Seleção Fronteira | Vice: Metalúrgica Guiana | Artilheiro: Fagner José Soares (14 gols) Melhor goleiro: Mauricio do Amaral Bonnes | Craque: André Cerezoli | Treinador: Matheus Dolzan

Livre Feminino Campeão: 100 Pressão | Vice: Borussia de Passo Fundo | Artilheiras: Viviane Ribeiro e Karen Santini (13 gols) Melhor goleira: Tailine Porfírio | Craque: Viviane Ribeiro | Treinadora: Dalila Capra

Livre Masculino – Série B Campeão: EC Baixada / Ramos Montagem | Vice: Dall'Igna Construtora | Artilheiro: Marcelo Rodrigues da Silva (7 gols) Melhor goleiro: Rodrigo Risson | Craque: Felipe Germano Collen | Treinador: Matheus Dolzan

Livre Masculino – Série A Campeão: Carga Pesada | Vice: Online Informática | Artilheiro: Guilherme Santos (10 gols) – ADM / Super Central Melhor goleiro: Alessandro Rodrigues Strieski | Craque: Vinicius de Almeida | Treinador: Gleison Casanova da Silva

Santa Cecília do Sul reforça frota com aquisição de novo caminhão

O investimento de R$ 640.000,00 foi realizado com recursos próprios

A Prefeitura de Santa Cecília do Sul acaba de ampliar a frota de veículos utilizados nos serviços públicos com a aquisição de um novo caminhão modelo VW 31.320. O veículo será fundamental para atender demandas nas áreas de infraestrutura, limpeza urbana e transporte de materiais, promovendo mais agilidade e eficiência nas ações realizadas pelo município.

O investimento de R$ 640.000,00 foi realizado com recursos próprios, resultado de uma gestão comprometida com o planejamento e o uso responsável do dinheiro público.

O prefeito Leonardo Panisson destacou o trabalho conjunto das secretarias envolvidas: "Com o esforço conjunto de todas as secretarias e o uso responsável de recursos públicos, a prefeitura acaba de adquirir um novo caminhão VW 31.320", afirmou.

A nova aquisição reforça o compromisso da administração municipal em seguir promovendo melhorias estruturais e elevando a qualidade de vida da população ceciliense.

Foto - Divulgação

O prefeito Leonardo Panisson destacou o trabalho conjunto das secretarias envolvidas

Hospital Santo Antônio de Tapejara realiza assembleia e renova mandato temporariamente

O atual presidente Rogério Zimmermann Döering e o vice-presidente Daniel Graminha Vieira permanecem no cargo até o dia 30 de maio

Fotos - Rodinei Agostini

Na noite do dia 31 de março, o Hospital Santo Antônio (HSA) de Tapejara realizou sua assembleia geral. A atual diretoria teve seu mandato renovado por 60 dias, com nova assembleia marcada para 30 de maio. Durante esse período, será feito o recadastramento dos associados, permitindo que todos os regularizados votem na próxima eleição.

A votação decidiu pela permanência da atual direção temporariamente, quando será convocada nova assembleia para referendar os associados que forem recadastrados, novos associados e para eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal. A assembleia será convocada com 15 de antecedência, com a possibilidades de apresentação de chapas com 5 dias de antecedência.

Na assembleia de 30 de maio, será apresentada novamente a prestação de contas (foi constando em ata) e houve consenso sobre a possibilidade de um local maior para a próxima reunião, devido ao aumento de participantes.

Segundo lideranças da comunidade, "foi atendida a reivindicação dos associados que se sentiram excluídos da possibilidade de serem votados e também poderem votar". Os que estiveram na última assembleia, já estão automaticamente aptos a votar na próxima.

O vice-presidente Daniel G. Vieira falou em nome da diretoria

Foto - Rodinei Agostini

O diretor Guilherme Tybusch durante a prestação de contas

Um bom número de associados se fez presente na assembleia